

Reunião de 02/11/2020

ATA NÚMERO 22/2020
REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA REALIZADA EM DOIS DE
NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE

_____ Aos dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alcanena, reuniu, por videoconferência, através do link <https://us02web.zoom.us/j/84651451015?pwd=T1NlMUZ2SGIxM2ZFZm8yVEh1QXd0dz09>, ID da reunião: 846 5145 1015, o Órgão Executivo do Município de Alcanena, em reunião ordinária, pelas quinze horas e nove minutos, estando presentes: _____

_____ **PRESIDENTE:** _____

_____ - Fernanda Maria Pereira Asseiceira _____

_____ **VEREADORES PRESENTES:** _____

_____ - João Carlos Braga Correia Pinto _____

_____ - Luís Miguel Martins Pires _____

_____ - Maria João Martins Antunes Gomez _____

_____ - Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo _____

_____ - Hugo André Silva Ferreira Santarém _____

_____ - Óscar Manuel Justo Pires _____

_____ **ORDEM DE TRABALHOS** _____

_____ **PONTO PRÉVIO** _____

_____ **1-PONTO PRÉVIO**

_____ 1.1 - Ata da Reunião de Câmara realizada a 19 de outubro de 2020. (Para deliberação) _____

_____ 1.2 - Ata da Reunião de Câmara Extraordinária realizada a 9 de outubro de 2020. (Para deliberação) _____

_____ 1.3 - Alteração da Reunião de Câmara de 16 de novembro de 2020, para o dia 23 de novembro de 2020. _____

_____ 1.4 - Proposta de Turnos das Farmácias para o ano 2021. Documento referência 9265/2020, Processo referência 2020/100.10.200/71. (Para deliberação) _____

_____ **2- DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

_____ 2.a) Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2021, até ao valor de € 500.000,00. Documento referência 13391/2020, Processo referência 2020/350.40.401/2. (Para deliberação) _____

_____ 2.b) Minuta de Segunda Adenda/Aditamento ao Contrato de Empréstimo de MLP até € 3.500.000 celebrado em 08 de julho de 2020. Documento referência 15487/2020, Processo referência 2020/350.40.401/1. (Para deliberação) _____

_____ 2.c) Taxa a aplicar pela EPAL no curso de 2021. Documento referência 9024/2020, Processo referência 2020/850.10/003/30. (Para conhecimento) _____

_____ 2.d) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência 14380 /2020, Processo referência 2020/300.10.002/26. (Para deliberação) _____

_____ 2.e) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência 14508 /2020, Processo referência 2020/300.10.002/42. (Para deliberação) _____

_____ 2.f) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência 14534/2020, Processo referência 2020/300.10.002/43. (Para deliberação) _____

_____ 2.g) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência 15456/2020, Processo referência 2020/300.10.002/50. (Para deliberação) _____

_____ 2.h) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência 14767/2020, Processo referência 2020/300.10.002/44. (Para deliberação) _____

_____ 2.i) Pedido de alteração de lugar na Feira de Alcanena. Documento referência 8865/2020, Processo referência 2020/300.50.201/29. (Para deliberação) _____

_____ 2.j) Pedido de Estorno faturas AQUANENA, EM, S.A. - faturação emitida em 01 de setembro de 2020. Documento referência 8185/2020, Processo referência 2020/850.10.003/30. (Para deliberação) _____

_____ **2.1 – SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL** _____

_____ 2.1.a) Alteração 44 ao Orçamento e 43 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2020. Documento referência 14868/2020, Processo referência 2020/350.10.001/47. (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.b) Alteração 45 ao Orçamento e 44 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2020. Documento referência 15026/2020, Processo referência 2020/350.10.001/48. (Para conhecimento) _____

Reunião de 02/11/2020

_____ 2.1.c) Autorização para realização de despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de 9 a 22 de outubro de 2020, no valor global de € 117.318,93. Documento referência 15189/2020, processo referência 2020/300.50.400/2 (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.d) Relação dos compromissos efetuados no período de 9 a 22 de outubro de 2020, no valor total de € 63.908,07. Documento referência 15190/2020, processo referência 2020/300.50.400/3. (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.e) Relação das Ordens de pagamento autorizados por despacho no período de 9 a 22 de outubro de 2020. Documento referência 15191/2020, processo referência 2020/300.50.400/4. _____

_____ - Operações Orçamentais no valor total de € 869.462,00, correspondentes às autorizações números 3411 a 3601; _____

_____ - Operações de Tesouraria no valor total de € 17.843,06, correspondentes às autorizações números 245 a 282M. (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.f) Relação dos pagamentos efetuados no período de 9 a 22 de outubro de 2020. Documento referência 15192/2020, processo referência 2020/300.50.400/5; _____

_____ - Pagamentos de Operações Orçamentais: € 722.205,83; _____

_____ - Pagamentos de Operações de Tesouraria no valor total de € 14.916,80. (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.g) Resumo Diário da Tesouraria do dia útil anterior ao da reunião (Para conhecimento). _____

_____ **3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL** _____

_____ 3.1 - Proposta de Apoio ao Centro de Bem Estar Social de Serra de Santo António – Aquisição de Equipamento de Cozinha e Lavandaria. Documento referência 3595/2020, Processo referência 2020/850.10.600/11. (Para deliberação) _____

_____ **4 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO** _____

_____ **5 – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** _____

_____ 5.1 – Plano de Contingência do Mercado Municipal – António Galveias Dias. Documento referência 14623/2020, Processo referência 2020/150.10.400/170. (Para conhecimento) _____

_____ 5.2 – Plano de Contingência do Cemitério de Alcanena. Documento referência 15212/2020, Processo referência 2020/150.10.400/175. (Para conhecimento)

_____ 5.3 – Empreitada n.º 19/2017/DPGOM – Rede de Saneamento de Águas Residuais do Covão do Coelho e Vale Alto – Atraso na Execução da Obra. Documento referência 15580/2020. Processo referência 2017/300.10.001/38 (Para ratificação): _____

_____ - Aprovar a prorrogação graciosa do prazo para a conclusão da empreitada, em 181 dias; _____

_____ - Aprovação do Plano de Trabalhos proposto pela TOELTA – Gestão de Investimentos e Concessões, S.A; _____

_____ - Autorização da subcontratação à firma Dreamfield, Lda. _____

_____ 5.4 – Protocolo de colaboração - Sistema Intermunicipal de Bicicletas para uso Público no Médio Tejo – 1.ª fase. Documento referência 9322/2020, Processo referência 2020/150.10.500/57. (Para ratificação) _____

_____ 5.5 - Proposta de Protocolo de Parceria entre o Município de Ourém e o Município de Alcanena - PROJETO “Percurso pedonais e cicláveis de interligação dos Municípios de Ourém e Alcanena (Fátima-Minde)”. Documento referência 14967/2020, Processo referência 2020/850.10.003/29. (Para ratificação) _____

_____ 5.6 – Trabalhos a menos – Empreitada n.º 9/2018/DPGOM – “Execução das Redes de Saneamento de Águas Residuais do Carvalheiro”. Documento referência 15508/2020, Processo referência 2019/300.10.001/16. (Para deliberação) _____

_____ **6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO** _____

_____ 6.1 – Proposta de Protocolo Casa do Povo de Minde. Documento referência 14579/2020, Processo referência 2020/300.10.005/258. (Para deliberação) _____

_____ **7 – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO** _____

_____ **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** _____

_____ **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** _____

_____ **Pelas quinze horas e nove minutos, a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara fixou o “Período Antes da Ordem do Dia”, com a duração máxima de sessenta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a Autarquia, nos termos do artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.** _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** começou por agradecer a compreensão de todos/as os/as senhores/as vereadores/as, pelo facto de se retomar o recurso às reuniões realizadas por videoconferência, modelo que se manteria, pelo menos, até ao final do ano de dois mil e vinte, ou seja, nas duas reuniões do presente mês de novembro e nas duas reuniões do próximo mês de dezembro. _____

_____ Referiu que a adoção deste modelo de reunião se justifica com as preocupações que todos estavam a ter dado o número de casos de COVID-19 registados ao nível do Concelho, ao nível da região e ao nível do país, o que nos leva a ter ainda mais preocupações ao nível da prevenção, que se traduzem nos sinais e comportamentos que, enquanto pessoas individuais e enquanto representantes de entidades, podiam também ter neste processo. _____

_____ De seguida, a Senhora Presidente da Câmara disse que, como era do conhecimento de todos, naquela data se assinalava um Dia de Luto Nacional por todas as pessoas que faleceram no ano de dois mil e vinte e, muito em particular, por todas as que faleceram vítimas de COVID-19, num ano particularmente difícil, sobretudo na área da saúde, sendo que todas as áreas estavam a sofrer consequências pela situação que, em termos de saúde pública, o país e o mundo tinham estado a enfrentar, sendo que Portugal não tem sido exceção. Propôs, então, que se fizesse um minuto de silêncio. _____

_____ **Seguidamente, a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal questionou os membros presentes se tinham algum comentário ou questão a colocar no Período Antes da Ordem do Dia.** _____

_____ **1 – Solicitou do uso da palavra a Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo,** que questionou qual o ponto de situação sobre a solicitação da atribuição de caixa de correio eletrónico aos Vereadores dos Cidadãos por Alcanena, nomeadamente para si própria e para o Vereador João Carlos Braga Correia Pinto, que, já anteriormente, havia sido solicitada pelo Vereador Gabriel Feitor. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** respondeu que isso teria de ser visto diretamente com os serviços. Questionou quando é que tinham feito essa solicitação. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** respondeu que tinha sido em outubro (duas vezes: a doze de outubro e a vinte e oito de outubro de dois mil e vinte). _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** perguntou se não tinham um endereço eletrónico. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** respondeu que não tinham nenhum endereço eletrónico institucional, sendo que o que pediam era que, tal como estava atribuído aos outros Vereadores, lhes fosse também atribuído um endereço eletrónico, de maneira a que, quem quisesse, poder para aí enviar as suas comunicações porque, obviamente, consideravam que não tinham que estar a partilhar os seus endereços eletrónicos pessoais. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** afirmou que achava curioso que fizessem tal pedido no final do mandato, questionando se o mesmo já havia sido feito há mais tempo. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** respondeu que o Vereador Gabriel Feitor já havia feito essa solicitação há mais tempo. _

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** afirmou que não tinha isso presente e que achava o timing curioso, sendo que iam sempre a tempo de melhorar. No entanto, esse assunto teria de ser visto com os serviços. _____

_____ Solicitou da palavra o **Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** que afirmou achar que aquilo até deveria ser automático, aquando da tomada de posse, sendo que ele próprio, só tomara posse como Vereador da Câmara Municipal de Alcanena há apenas quinze dias. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** disse que por isso é que tinha ficado admirada. No entanto, como deveriam compreender, não precisava de andar a tomar conta de todo e qualquer assunto, nem sequer fazia sentido. Também depreendia que deveriam ser processos automáticos, mas achava estranho que não tivessem sinalizado há mais tempo ou diligenciado diretamente com os serviços, para esse efeito. Como deveriam calcular, eram assuntos a ser enquadrados e avaliados pelos serviços, bastando solicitar, e não precisavam de estar a discutir a questão do

enquadramento do endereço eletrónico, que nunca tinha sido pedido por ninguém mesmo há quatro anos atrás nem em anteriores mandatos, quando havia tantos assuntos tão preocupantes para resolver, aludindo, a título de exemplo, à questão da saúde, elencada no início da reunião. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** esclareceu que não o poderiam ter feito há quatro anos atrás, dado que só haviam sido eleitos há três anos e ele próprio só tomara posse há quinze dias. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** disse que era, de facto, há três anos, já a caminharmos para os quatro anos, mas que não iria entrar nestas discussões, pois, como deveriam calcular, como Presidente da Câmara, tinha outras preocupações. _____

_____ **2** – De seguida, o **Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** apresentou uma moção relativa ao aumento da taxa de gestão de resíduos, cujo texto passou a ler: _____

_____ **“MOÇÃO** _____

_____ **Aumento da Taxa de Gestão de Resíduos** _____

_____ **Alteração do Regime Geral da Gestão de Resíduos - um diploma injusto e sem fundamento** _____

_____ No passado dia vinte e três de outubro, o Governo aprovou e fez publicar o Decreto-Lei número noventa e dois/dois mil e vinte, de vinte e três de outubro, que “altera o regime geral da gestão de resíduos”. _____

_____ Este diploma provoca um aumento da taxa de gestão de resíduos de cem por cento, que passa de onze euros para vinte e dois euros por tonelada, com início a um de janeiro de dois mil e vinte e um. _____

_____ O fundamento deste aumento levanta muitas dúvidas, não sendo convincente a justificação do Governo de motivar os consumidores finais a adotar comportamentos mais sustentáveis e que reduzam a produção de resíduos. _____

_____ Acreditamos que a motivação e incentivo para a adoção de comportamentos mais sustentáveis e corretos, sobretudo junto dos consumidores finais, deve passar por medidas positivas e não penalizadoras. _____

_____ Esta medida, que prevê a criação de uma taxa fixa, aumentada em cem por cento, vai agravar os orçamentos familiares, dado que é o consumidor final que irá suportar este custo e aumento na fatura da água. Por outro lado, esta medida não visa um reforço positivo para quem produza menos resíduos: vai tratar todos os

consumidores de igual forma. Ou seja, tanto vai pagar este aumento de cem por cento o consumidor que não pratica a separação de lixo e a reciclagem, como vai pagar o consumidor e a família que pratica uma boa gestão de resíduos. _____

_____ Também é necessário ter em conta as informações que o Governo avançou com esta significativa alteração à TGR – Taxa de Gestão de Resíduos sem consultar o setor, nomeadamente os Municípios, sem definir o financiamento nacional e comunitário para o setor dos resíduos e sem apresentar respostas para os desafios que os Municípios enfrentam para o cumprimento das metas (por exemplo, ao nível dos recursos humanos ou dos custos operacionais). _____

_____ Este diploma e estas medidas são injustas, infundamentadas e serão ineficazes. _____

_____ Assim, o Executivo Municipal de Alcanena, reunido em dois de novembro de dois mil e vinte, delibera: _____

_____ 1. Recomendar ao Governo a revisão do presente Diploma, de forma a não penalizar brutalmente os consumidores, as famílias e as empresas _____

_____ 2. Solidarizar-se com os Municípios, Empresas, Famílias e Consumidores na contestação ao Diploma e sua aplicação, como está redigido, com aumento da Taxa de Gestão de Resíduos em cem por cento. _____

_____ Da presente deliberação será dado conhecimento: _____

_____ 1. Grupos Parlamentares na Assembleia da República; _____

_____ 2. Governo da República Portuguesa; _____

_____ 3. Comunicação Social local e regional. _____

_____ Alcanena, dois de novembro de dois mil e vinte _____

_____ O Grupo Cidadãos por Alcanena” _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** afirmou que, na passada Reunião de Câmara já haviam tomado uma posição sobre aquela matéria, passando a palavra ao Vereador Hugo para que enquadrasse o assunto. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** afirmou que houvera uma recomendação da Associação Nacional de Municípios, à qual se tinham associado, preocupados com o aumento previsto para a Taxa de Gestão de Resíduos. Acrescentou que havia um grupo criado, constituído por uma série de municípios que se associaram para que pudesse haver alguma pressão com vista à reavaliação daquela

matéria. Esclareceu que não tinha sido na última reunião, mas sim há duas ou três reuniões atrás. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** afirmou que a sua posição era concordante com todas as posições que refletissem uma não concordância com aquele aumento tão acentuado da Taxa de Gestão de Resíduos. Percebiam que, sobretudo quando se refletiam no pagamento, tal poderia levar a uma alteração comportamental, mas que nem sempre assim era. Tinham uma posição de redução de produção dos resíduos, também em aterro, do ponto de vista ambiental correto, o que se pressupunha que se olhasse para todo o resíduo como um eventual subproduto, ou seja, com uma posição de avaliação do que poderia ser feito com aquele resíduo, para que ele pudesse ter uma reutilização, rentabilidade e interesse, nomeadamente económico, para a própria empresa. Isso era o pressuposto da redução dos resíduos em aterro, afirmando que era favorável à redução ou eliminação de aterros, à redução ou eliminação de resíduos depositados em aterro, a um caminho em que diminuíssem os resíduos e aumentavam os subprodutos. Isso tinha interesse do ponto de vista económico, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista social. Era aquela a sua posição de princípio. _____

_____ Relativamente à Moção apresentada, e dado que não tinha tido conhecimento prévio nem tinha havido a possibilidade de acompanhar bem a leitura de toda a Moção, podendo existir algum aspeto com o qual concordasse menos, do ponto de vista da expressão ou da interpretação, mas concordava com a mesma, do ponto de vista do princípio. Por isso, não tinha problemas em votá-la favoravelmente, como também não tinha problemas em trazê-la a nova votação na Reunião de Câmara seguinte, caso viesse a perceber que havia alguma redação que pudesse pôr em causa pessoas ou entidades. Por princípio, era aquela a sua posição. Colocou a Moção apresentada a votação. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a Moção Aumento da Taxa de Gestão de Resíduos - Alteração do Regime Geral da Gestão de Resíduos - um diploma injusto e sem fundamento, apresentada pelo Grupo Cidadãos por Alcanena. _____

_____ Da presente deliberação será dado conhecimento: _____

_____ - Aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República; _____

_____ - Ao Governo da República Portuguesa; _____

_____ - À Comunicação Social local e regional. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** ressaltou que concordavam com o princípio que servia de base à Moção, mas, como não tinham tido

conhecimento do texto da moção, iria proceder, com atenção, à leitura do mesmo e, caso houvesse algum aspeto discordante, que fosse para além do que, por princípio, todos procuravam defender, obviamente traria o assunto a Reunião de Câmara, novamente. ____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** disse que iria enviar, de imediato, o texto da Moção à Secretária da Reunião, para que a mesma o fizesse chegar à Senhora Presidente. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** que disse que talvez não tivesse entendido bem a intervenção da Senhora Presidente, mas que pensava que, quando se referira à questão dos resíduos e ao aumento dos subprodutos, provavelmente o que queria ter dito era que seria uma redução dos resíduos e um aumento do reaproveitamento dos subprodutos, dado que falaram em diminuição dos resíduos e aumento dos subprodutos, pelo que a linha que interpretava era “diminuir os resíduos, diminuir os subprodutos ou a reutilização noutras formas de valorização”. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que aquilo que quisera dizer era que havia resíduos que podiam passar a ser subprodutos, uma vez que os resíduos que, não tendo nenhuma utilização e que fossem para deitar fora ou para depositar em aterro, eram, de facto, resíduos. Mas, se olhassem para o resíduo e lhe descobrissem uma reutilização, ele deixava de ser um resíduo e passava a ser um subproduto. Era isso que quisera dizer. _____

_____ **Não havendo outros assuntos, de interesse geral para a Autarquia a tratar no “Período Antes da Ordem do Dia”, pelas quinze horas e vinte e quatro minutos, deu-se início à apreciação dos assuntos incluídos na Ordem do Dia.** _____

_____ **PONTO PRÉVIO** _____

_____ **1.1 – Ata da Reunião de Câmara realizada a dezanove de outubro de dois mil e vinte. (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Ata da Reunião Ordinária, realizada no dia dezanove de outubro de dois mil e vinte, tendo a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara colocado a mesma à apreciação dos Membros do Executivo e sendo dispensada a sua leitura, por o respetivo texto ter sido distribuído, previamente, pelos Membros do Executivo. _____

_____ Foram feitas algumas correções pontuais que foram do conhecimento de todos. _____

Reunião de 02/11/2020

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a Ata da Reunião de Câmara Ordinária, realizada no dia dezanove de outubro de dois mil e vinte. _____

_____ **1.2 – Ata da Reunião de Câmara Extraordinária realizada a nove de outubro de dois mil e vinte. (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Ata da Reunião Extraordinária, realizada no dia nove de outubro de dois mil e vinte, tendo a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara colocado a mesma à apreciação dos Membros do Executivo e sendo dispensada a sua leitura, por o respetivo texto ter sido distribuído, previamente, pelos Membros do Executivo. _____

_____ Foram feitas algumas correções pontuais que foram do conhecimento de todos. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria:** Aprovada a Ata da Reunião de Câmara Extraordinária, realizada no dia nove de outubro de dois mil e vinte. _____

_____ **Absteve-se** o Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto, por não ter participado na reunião em causa. _____

_____ **Votaram favoravelmente** os Vereadores, Senhores Luís Miguel Martins Pires, Maria João Martins Antunes Gomez, Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo, Hugo André Silva Ferreira Santarém, Óscar Manuel Justo Pires e a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

_____ **1.3 Alteração da Reunião de Câmara de dezasseis de novembro de dois mil e vinte, para o dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte.** _____

_____ Referiu a Senhora Presidente que a periodicidade de realização das Reuniões de Câmara era à primeira e à terceira segunda-feira de cada mês, e considerando que o mês de novembro era o mês de concluírem a Proposta de Documentos Previsionais para dois mil e vinte e um, trabalho que estava a decorrer, havendo necessidade de incluir orçamentos de outras entidades, participadas maioritariamente pelo Município, como era o caso do Centro Ciência Viva do Alviela e da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, sendo que os Documentos Previsionais da Câmara teriam de ser enviados à Assembleia Municipal até final do mês de novembro, a **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** referiu que seria importante mais uma semana para organizar e concluir aquele processo, pelo que propôs que a segunda Reunião do mês de novembro, em vez de se realizar no dia dezasseis, se realizasse na segunda-feira seguinte, dia vinte e três, colocando, de seguida, essa Proposta a votação.

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a alteração da data da segunda Reunião de Câmara do mês de novembro de dois mil e vinte, que se realizará no dia vinte e três de novembro, ao invés do dia dezasseis de novembro, por motivos de apresentação do Orçamento Municipal para o ano de dois mil e vinte e um. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** agradeceu a compreensão dos Senhores Vereadores e disse que a próxima reunião se realizaria, então, no dia vinte e três de novembro. _____

_____ **Antes de se proceder à apreciação do assunto seguinte, o Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto, informou que não iria participar na votação do mesmo, por se encontrar impedido de o fazer, por motivos profissionais.** _____

_____ **1.4 – Proposta de Turnos das Farmácias para o ano dois mil e vinte e um. Documento referência nove mil duzentos e sessenta e cinco/dois mil e vinte, Processo referência 2020/100.10.200/71. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião email mencionado em epígrafe, ao qual se anexa a Proposta dos Mapas de Turnos das Farmácias do Concelho de Alcanena, relativos ao ano de dois mil e vinte e um, para Parecer. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** afirmou que aquele era um processo que, muito sinceramente, não conseguia compreender, pois vinha no final de as Farmácias já terem comunicado os seus horários à Associação Nacional de Farmácias. No entanto, era isso que a legislação dizia e acabavam sempre por aceitar por boa informação, os horários que lhes eram enviados através da ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, com os mapas elaborados pela Associação Nacional de Farmácias, ou seja, aquela entidade elaborava os mapas, enviava-os para a ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e esta, por sua vez, enviava-os para os Municípios. Eram os horários estabelecidos entre as Farmácias do Concelho, para garantir a cobertura daquele serviço público de prestação de serviços na área da saúde. Para si, a proposta dos horários passando por estas entidades, também estava bem, sendo que lhes era pedido, de acordo com a legislação em vigor, um Parecer. _____

_____ De seguida, a **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** colocou a Proposta a votação. _____

Reunião de 02/11/2020

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovados os Mapas de Turnos das Farmácia do Concelho de Alcanena, relativos ao ano de dois mil e vinte e um, emitindo-se Parecer Favorável aos mesmos. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** acrescentou que o parecer deveria ser enviado até ao dia dezanove de novembro, conforme solicitado pela ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, devendo ser confirmado o envio para aquela entidade, assim como para a Associação Nacional de Farmácias. _____

_____ **2– DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

_____ **2.a) Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de dois mil e vinte um, até ao valor de €500.000,00 (quinhentos mil euros). Documento referência treze mil trezentos e noventa e um/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.40.401/2. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião o Despacho de Adjudicação referência treze mil trezentos e noventa e um/dois mil e vinte, datado de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte, o qual foi exarado na sequência do Despacho referência onze mil seiscentos e dois, exarado a quatro de setembro de dois mil e vinte, informando-se que foi efetuada a consulta a sete Instituições de Crédito, com vista à contratação de Empréstimo de Curto Prazo, até ao valor de € 500.000,00 (quinhentos mil euros), para utilização no decorrer do ano de dois mil e vinte e um. _____

_____ Nesse Despacho, tendo em consideração o proposto pela Comissão de Análise de Propostas, conforme Ata datada de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte, e na sequência de Ata da Comissão de Abertura de Propostas também datada do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte, aprovadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, propõe-se: _____

_____ 1 - Que se informem os concorrentes que a decisão desta Câmara aponta no sentido de contratar, o Empréstimo em causa, com a Caixa Económica Montepio Geral., nas seguintes condições, constantes da proposta apresentada e ordenada em primeiro lugar: _____

_____ - Montante a contratar: € 500.000,00 (quinhentos mil euros); _____

_____ - Prazo: Até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um; _____

_____ - Utilização: Mediante instruções do Município; _____

_____ - Reembolso: Mediante instruções do Município; _____

_____ - Indexante: Euribor a seis meses, (floor zero); _____

_____ - Spread utilizado: 0,289 % (zero vírgula duzentos e oitenta e nove por cento); _____

_____ - Comissões: Isento de todas as comissões; _____

_____ - Garantias: Dispensa. _____

_____ - Pagamento de juros: Mensais _____

_____ 2 – Que se Envie cópia das atas da comissão de abertura e da comissão de análise das propostas a todos os concorrentes que apresentaram proposta. _____

_____ 3 - Dar o prazo de cinco dias, a partir da data da comunicação da decisão, para os concorrentes se pronunciarem caso tenham algo a obstar acerca da mencionada decisão, querendo, por escrito, em sede de audiência prévia, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, período após o qual a decisão se torna definitiva se não houver oposição. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** fez o enquadramento do assunto. _____

_____ Referiu tratar-se de um empréstimo de tesouraria, que poderia ser utilizado ao longo do ano e que era integralmente amortizado no final do ano. O procedimento tinha sido efetuado já em anos anteriores, sendo que era presente à reunião o processo referente ao ano de dois mil e vinte e um. _____

_____ Acrescentou que se tratava de um Empréstimo de montante igual ao do ano anterior, no valor de quinhentos mil euros. _____

_____ Foram consultadas várias entidades bancárias, reunidas as propostas e a Comissão de Abertura e Análise de Propostas fizera a análise das mesmas, tendo concluído que a entidade bancária que reunia melhores condições era a Caixa Económica Montepio Geral, porque apresentava um spread de 0,289% (zero vírgula duzentos e oitenta e nove por cento), isento de todas as comissões. _____

_____ Colocou à votação a Ratificação dos procedimentos tomados e que se desse sequência à formalização do Empréstimo com a entidade bancária que reunia melhores condições. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Ratificados todos os procedimentos tomados e aprovado o Despacho registado com o número treze mil trezentos e noventa e um, datado de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte, e demais procedimentos inerentes, ao abrigo do artigo quinquagésimo primeiro do

Reunião de 02/11/2020

RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei número setenta e três/dois mil e doze, de três de setembro, relativamente à adjudicação da contratação do empréstimo de curto prazo, para o ano de dois mil e vinte e um, no valor de quinhentos mil euros, à Caixa Económica Montepio Geral, bem como os demais procedimentos inerentes, ao abrigo do número três, do artigo trigésimo quinto, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro _____

_____ Deliberado, igualmente, remeter à Assembleia Municipal, ao abrigo do número dois, do artigo quinquagésimo, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, para autorização de contratação, ao abrigo da alínea f) do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, para aprovação. _____

_____ **2.b) Minuta de Segunda Adenda/Aditamento ao Contrato de Empréstimo de Médio Longo Prazo até €3.500.000 (três milhões e quinhentos mil euros) celebrado em oito de julho de dois mil e vinte. Documento referência quinze mil quatrocentos e oitenta e sete/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.40.401/1. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que, na sequência de envio do Contrato de Empréstimo de Médio Longo Prazo até ao valor de €3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil euros) celebrado com o Banco BPI - Banco Português de Investimentos, Sociedade Aberta, em oito de julho de dois mil e vinte, para Visto Prévio do Tribunal de Contas, veio aquele Tribunal devolver o mesmo, para completar o respetivo estudo, através de ofício número trinta e três mil duzentos e noventa e seis, datado de dezanove de outubro dois mil e vinte, registado neste Município com o número de entrada nove mil e noventa e nove. _____

_____ Na sequência das questões constantes da respetiva devolução, torna-se necessário proceder a uma Adenda/Aditamento ao respetivo Contrato. _____

_____ Contactado o Banco BPI – Banco Português de Investimentos, Sociedade Aberta, foi submetida por estes a Minuta do Segundo Aditamento ao Contrato de Empréstimo, que se anexa à informação, através da qual se altera o Ponto dois da Cláusula Terceira do Contrato celebrado, com identificação dos investimentos a cujo financiamento se destina o crédito. _____

_____ Face ao exposto, propõe-se: _____

_____ 1 – Submeter a presente Minuta de Aditamento à Câmara Municipal para aprovação e submissão da mesma à Assembleia Municipal, para aprovação dos respetivos ajustes efetuados, nomeadamente: _____

_____ a) Ajuste dos valores relativos aos investimentos relativos à Reabilitação do Estádio Municipal e ao Reordenamento da Rua da Cova – Alcanena; _____

_____ b) Retirada do investimento relativo ao Cemitério de Alcanena – Construção do Talhão Q; _____

_____ c) Inclusão no contrato de empréstimo de investimentos relativos a Pavimentações em Carvalheiro e Reabilitação de Arruamentos em Moitas Venda. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** fez o enquadramento do assunto presente a votação. _____

_____ Esclareceu que o presente empréstimo, até 3.500.000,00€ (três milhões e quinhentos mil euros), tinha sido já objeto de aprovação, em Reunião de Câmara e de Assembleia Municipal, sendo que fora igualmente aprovado o contrato. _____

_____ No entanto, na sequência do processo de visto do Tribunal de Contas e dos esclarecimentos solicitados, era importante efetuar-se atualização, ao momento, quer de projetos, quer de valores. _____

_____ Na altura em que o processo fora iniciado, considerou-se, como verba necessária para a Reabilitação do Estádio Municipal Joaquim Maria Baptista, o valor base de concurso. Como o concurso já terminara e já havia valor de adjudicação, 916.549,18€ (novecentos e dezasseis mil, quinhentos e quarenta e nove euros e dezoito cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, carecia de se efetuar a atualização. Este contrato também seria sujeito a Visto do Tribunal de Contas, pelo que não fazia sentido enviar para aquela entidade agora um valor não atualizado, quando se enviaria o próprio contrato da empreitada em causa, também para visto do Tribunal de Contas. _____

_____ Fora, igualmente, atualizado, no que dizia respeito ao investimento de “Ampliação do Cemitério de Alcanena – Talhão Q”. Na altura, a opção fora de que o mesmo seria pago por via do empréstimo. No entanto, e visto que decorrera algum tempo, a obra tinha vindo a ser executada e houvera necessidade de se proceder ao pagamento de uma fatura, de modo a não haver incumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, no valor de 23.800,95€ (vinte e três mil e oitocentos euros e noventa e cinco cêntimos). Assim, procedera-se à retirada da

totalidade do investimento referente à “Ampliação do Cemitério de Alcanena – Talhão Q”. _____

_____ Deu conhecimento que também se procedera à atualização do investimento referente aos trabalhos que estavam a decorrer na Rua da Cova, dado que, àquela data, já se confirmara a existência de trabalhos complementares, no valor de 12.189,94€ (doze mil cento e oitenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos). _____

_____ Com os ajustamentos do que se reduzira e considerando que o que estava aprovado era um empréstimo até 3.500.000,00€ (três milhões e quinhentos mil euros), existia verba que podia ser afeta a outros projetos, concretamente “Pavimentações no Carvalheiro”, em resultado das obras de saneamento que estavam a decorrer, e também “Pavimentações em Moitas Venda”, cujas medições já haviam sido efetuadas e já existia valor apurado para pavimentação do arruamento. _____

_____ Acrescentou que a adenda ao contrato incluía os ajustamentos identificados.

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo referiu** que, no entender do Grupo de Cidadãos por Alcanena – Um Concelho com Futuro, o empréstimo se ligava a três tipos de situações: _____

_____ a) Investimentos há muito anunciados e nunca cumpridos (exemplos: Estádio Municipal de Alcanena; Estrada Pousados; Cemitério de Alcanena; Olhos de Água); _____

_____ b) Desnecessários (exemplo: Jardim das Lagoas); (na altura intervencionado por causa dos custos de manutenção do lago e do surto de Legionella, para além dos custos da manutenção); _____

_____ c) Trabalhos resultantes do mau planeamento e não acautelamento das necessidades, não incluídos nas respetivas candidaturas (envolvendo Mercado de Alcanena; pavimentações em Covão do Coelho e Vale Alto; Centro Escolar de Alcanena). _____

_____ Grosso modo, cerca de um terço do orçamento ficava disponível para fazer estas obras e o que se entendesse fazer, os outros dois terços eram compromissos regulares do Município, pelo que, tal com votaram contra no início do processo, também, apesar de ser apenas uma atualização administrativa do mesmo, o voto seria contra. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, não obstante a coerência na votação, era, no entanto, uma posição que não se compreendia, porque estavam a votar contra a forma de concretização da Reabilitação

do Estádio Municipal, da Requalificação da Estrada de Alcanena-Pousados, do Parque de Estacionamento na Praia Fluvial, da Requalificação da Área Envolvente ao Mercado de Alcanena, do Reordenamento da Rua da Cova em Alcanena, de Pavimentações no Covão do Coelho, Vale Alto, Carvalheiro e Moitas Venda e trabalhos reconhecidos como de necessária e relevante intervenção no Centro Escolar de Alcanena, não obstante não terem sido considerados em sede de projeto, mas que foram considerados como relevantes, assim que foram identificados e por isso executados. _____

_____ Relativamente ao Jardim das Lagoas, na sua opinião, não era razão para se ser contra o que se encontrava em votação e se colocarem em causa todos os projetos. O Grupo de Cidadãos por Alcanena – Um Concelho com Futuro, podia entender que aquele jardim não carecia de intervenção, mas, considerando que se vivia em democracia, também devia haver a abrangência de se concordar que a Câmara Municipal pudesse entender que aquele jardim merecia requalificação. Mas era sobre a viabilização de execução de todos os projetos que os Senhores Vereadores estavam a votar contra. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** respondeu que, em relação ao que o Executivo pudesse fazer, e tinham todo o direito de fazerem as opções que entendessem, também o Grupo de Cidadãos Por Alcanena tinha o direito de fazer as apreciações que entendesse e por isso é que existia a democracia, onde havia espaço para a divergência de opiniões. _____

_____ Em relação às obras especificadas, quer em relação ao Centro Escolar, quer em relação às obras na envolvente do Mercado Municipal, obras de Saneamento de Covão do Coelho e Vale Alto, os custos adicionais advinham de um mau planeamento de base, sendo que, ao não estarem incluídos ou acautelados inicialmente, requeriam que houvesse, depois, um maior investimento. Esclareceu que não eram contra o benefício que advinha da requalificação das infraestruturas, mas sim das metodologias adotadas pelo Executivo que, na opinião do Grupo de Cidadãos Por Alcanena – Um Concelho com Futuro, em alguns sítios, não estavam a salvaguardar o interesse público, nomeadamente uma gestão correta na atribuição dos dinheiros. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** esclareceu que, fazendo apreciação política do que tinha vindo a acontecer e que, infelizmente, não tinha sido diferente do que ocorrera no passado, constatava que os Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos por Alcanena – Um Concelho com Futuro, coligação

PSD/CDS-PP, estavam a votar contra uma série de investimentos que eram importantes para o Concelho de Alcanena. Perdiam-se na substância e existia uma série de justificações que não eram qualquer justificação. Disse não deixar de ser incoerente terem votado contra extraordinários orçamentos municipais, onde o Executivo reduzira, e muito, a dívida da Câmara de Alcanena e, naquele momento, para fazer face a um conjunto de obras que eram completamente críticas, e as quais a Senhora Presidente tivera o cuidado de elencar, continuavam a votar contra. Estavam a impedir que os restantes projetos fossem concretizados, e por isso, votaram contra a redução da dívida em vários milhões de euros, e estavam, naquele momento, a votar contra porque o Partido Socialista estava a levar a cabo investimentos críticos para a comunidade, para o desenvolvimento do concelho, para satisfazer uma série de necessidades do mesmo, porque também não se podia fazer um empréstimo. Basicamente, o que afirmavam era que o atual executivo não servia para reduzir dívida, mas também não servia para contrair dívida. _____

_____ Acrescentou que o Executivo estava do lado das soluções e do dinheiro necessário para garantir soluções e não com argumentos, dos quais discordava, que, se fosse há três ou quatro anos, teriam valido a pena ser feitos, mas, naquele momento, mais valia não se fazer. Deu como exemplo o estado em que se encontrava o Estádio Municipal de Alcanena, sendo que os senhores vereadores eram do entendimento que o projeto não devia ser realizado. Já ele próprio entendia o contrário, eram projetos que eram críticos, que deviam merecer a aprovação e seria interessante que todo o executivo estivesse mobilizado para a satisfação das necessidades a que o concelho aspirava. ____

_____ Em conclusão, constatou que os Senhores Vereadores votaram contra quando se reduzira dívida em milhões de euros e, naquele momento, votavam contra investimentos relevantes e necessários. Em suma, nada de novo e “nada de novo, tudo como de dantes, Quartel General em Abrantes”. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** fez uma breve apreciação dizendo que, felizmente ou infelizmente, o Grupo de Cidadãos por Alcanena – Um Concelho com Futuro não se encontrava num tipo de posição em que lhe fosse permitido impedir ou não as decisões que consideravam ou não erradas, porque as suas posições eram minoritárias. O Executivo, que tinha toda a legitimidade para o fazer, estava a derivar e o que estava em causa eram os princípios e a falta de metodologia, falta de clareza em termos das decisões estratégicas do Executivo do

Partido Socialista. Era aquele a opinião do grupo que representava, o executivo tinha opinião divergente, mas a opinião da oposição devia, também, ser respeitada. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** disse não deixar de ser engraçado que os investimentos que não eram prioritários para o Grupo de Cidadãos por Alcanena – Um Concelho com Futuro, naquela data, se calhar, dali a um ano, o passariam a ser e, se tivessem essa oportunidade, o seriam, pelo que defendeu que se deveria ser correto nas afirmações, com honestidade. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** referiu que se existia um investimento com o qual não estavam de acordo, estavam também a colocar em causa os outros investimentos e quando estiverem realizados, teriam de ser realistas, nenhum iria discordar perante as populações. Tratava-se apenas de uma questão política, ficava mal, porque eram importantes, independentemente do executivo, que os executasse. São prioridades do Partido Socialista, como seriam dos outros partidos. ____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** disse nunca ter afirmado que as obras de saneamento ou a Estrada de Alcanena-Pousados não eram prioritárias. Era mais equilibrado ou honesto ouvir o argumento do que estar a fazer interpretações do que a própria dissera. Cada qual ouvia, fazia a sua leitura e tirava as suas ilações. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** referiu que, o Partido Socialista tinha maioria na Câmara Municipal, mas, se não respeitasse a pluralidade no Executivo, não tinha a preocupação de, em todos os pontos, dar o maior esclarecimento sobre os mesmos e fazer o melhor enquadramento que cada assunto tinha. Sempre teve essa atitude no respeito pela pluralidade que o órgão executivo tinha, sendo que, também no órgão deliberativo, tinha a mesma posição, ainda que alguns considerassem nesse órgão que a própria falava demasiado tempo. Na maioria que a população lhes dera, poderia limitar-se a colocar os assuntos à deliberação, mas nunca o fizera e, por isso, procurava dar o maior esclarecimento possível em cada ponto, mas não podia aceitar todas as declarações referidas. As justificações para as atitudes que cada um decidia ter, não podiam ser, dada a sua extrema incorreção, justificadas por acusações ao comportamento dos outros, pelo que se fazia e pelo que não se fazia. Não podia a Vereadora Maria João Rodolfo, justificar a sua posição por alegada falta de clareza ou por falta de planeamento do Executivo. Porque o Executivo não tinha

problemas com a clareza ou com o planeamento. Era claro nas suas posições e efetuava o planeamento das suas ações. _____

_____ O Executivo sempre afirmara que a rede viária era prioritária, sempre dissera que, aproveitando a intervenção nas redes de saneamento, iriam também, nessa altura, intervir na rede viária nas respetivas localidades. Sempre fora dito a todos e às populações. _____

_____ Constava do programa eleitoral a Requalificação do Estádio, pelo que existia previsão, objetividade, transparência, clareza e posição determinante e firme de requalificação de edifícios e espaço público. _____

_____ Acrescentou que os senhores vereadores da oposição podiam ser da opinião que deveria determinado espaço público ser requalificado, em detrimento de outro espaço público. Podiam estar de acordo que ambos os espaços públicos careciam de requalificação, mas era precisamente por haver planeamento que tinham de ser tomadas opções. Sempre fora dito que se privilegiavam os projetos em que se conseguia obter participação comunitária que, felizmente, tinham sido muitos. Muitos projetos foram elaborados, muitas as candidaturas apresentadas, muitas as candidaturas aprovadas e muitas as obras executadas. E, quando uma candidatura era aprovada, ela tinha prazo de execução e isso condicionava o planeamento, porque tinham de ser executadas num prazo determinado. Depois, havia outra questão, que não era de menos importância, que eram as intervenções que também precisavam de projetos e que não tinham apoio comunitário e que só podiam ser feitas com orçamento municipal, o qual também não permitia que fossem feitas todas em simultâneo. E o recurso a empréstimos, desde que exista capacidade de endividamento, fazia parte da gestão normal do município. E foi este executivo que criou a capacidade de endividamento que atualmente temos. Recordou que, em dois mil e nove, não existia capacidade de endividamento, mas o Partido Socialista criara essa capacidade de endividamento, sendo, portanto, justo que pudessem também usufruir da capacidade de endividamento que criaram, sobretudo para fazer intervenções reconhecidas e urgentes, que não haviam surgido naquele momento e que foram sempre anunciadas como intervenções importantes a fazer. Era para que não se justificasse uma posição com algo que não tinha razão de ser. Não podia ser justificado por falta de clareza e planeamento. _____

_____ Afirmou que os Senhores Vereadores teimavam em desvalorizar toda a ação do Executivo, teimavam em ter posição contra tudo o que era fazer, desenvolver, tinham uma visão diferente de desenvolvimento e, aí estavam todos de acordo, diferente da

visão do Partido Socialista para o Concelho. Acrescentou que se estava à espera de ver qual a visão de desenvolvimento para o Concelho por parte dos Senhores Vereadores, sendo que, até àquele momento, não tinha sido visto muito, considerando a posição contra tudo e a desvalorização de tudo o que era feito. No entanto, o futuro iria beneficiar muito do que tinha sido feito neste passado mais recente porque, pelo menos o que estava feito, não precisa de ser feito, porque já estava feito e porque era importante ser feito. E esse é que era o dado relevante, objetivo e que resultava da ação do Partido Socialista na Câmara Municipal. Não seria preciso no futuro próximo fazer-se porque já estava feito e permitia que se olhasse apenas para outras áreas. Que não se desvalorizasse o que estava feito porque não havia área nenhuma que não tivesse ação do Município. _____

_____ Disse, também, pelo respeito que a democracia merecia, que as pessoas lhe mereciam o maior respeito e era da verdade que se estava a falar. Da veracidade das afirmações quando se transmitiam as posições. _____

_____ Sobre o ponto que estava presente a votação, e sobre todos os outros, os Senhores Vereadores poderiam ter a visão que bem entendessem, mas não era isso que estava em causa, mas sim que não podiam justificar as suas posições pondo em causa as ações do Executivo. Era isso que estava posto em causa e, pela sua verticalidade, frontalidade e responsabilidade, não podia ficar indiferente quando ouvia afirmações e interpretações que não correspondiam à realidade. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria:** Aprovada a Minuta do Segundo Aditamento ao Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao valor de € 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil euros), com vista ao financiamento de investimentos, a celebrar com o Banco BPI – Banco Português de Investimentos, Sociedade Aberta, e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação dos respetivos ajustes efetuados, nomeadamente: _____

_____ a) - Ajuste dos valores relativos aos investimentos relativos à Reabilitação do Estádio Municipal, e ao Reordenamento da Rua da Cova – Alcanena; _____

_____ b) - Retirada do investimento relativo ao Cemitério de Alcanena - Construção do Talhão Q; _____

_____ c) - Inclusão no contrato de empréstimo dos investimentos relativos a Pavimentações em Carvalheiro e Reabilitação de Arruamentos em Moitas Venda. _____

Reunião de 02/11/2020

_____ **Votaram contra os Vereadores, Senhores** João Carlos Braga Correia Pinto e Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo. _____

_____ **Votaram favoravelmente os Vereadores, Senhores** Luís Miguel Martins Pires, Maria João Martins Antunes Gomez, Hugo André Silva Ferreira Santarém, Óscar Manuel Justo Pires e a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

_____ **2.c) Taxa a aplicar pela EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres no curso de dois mil e vinte e um. Documento referência nove mil e vinte e quatro/dois mil e vinte, Processo referência 2020/850.10/003/30. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião o documento identificado em epígrafe, através do qual, para efeitos do disposto no artigo trigésimo sexto, do Decreto-Lei número noventa e quatro/dois mil e quinze, de vinte e nove de maio, se dá conhecimento que, no ano de dois mil e vinte e um, deverão ser aplicadas as tarifas e demais valores aplicados no último ano do período de convergência tarifária, ou seja, dois mil e vinte, aos utilizadores municipais, os quais serão atualizados de acordo com a previsão do índice harmonizado de preços no consumidor. _____

_____ Sem prejuízo da ratificação que se aguarda da ERSAR, as tarifas, e demais valores a aplicar em dois mil e vinte e um, serão as seguintes: _____

	Tarifa para 2020 (preços de 2015)	Taxa de Inflação 2016	Taxa de Inflação 2017	Taxa de Inflação 2018	Taxa de Inflação 2019	Taxa de Inflação 2020	Taxa de Inflação 2021	Tarifa para 2021 (preços de 2021)
Tarifa base	0,5039 €/m ³	0,60%	1,60%	1,20%	0,90%	1,20%	0,80%	0,5365 €/m ³
Componente Tarifária Acrescida	0,0736 €/m ³	0,60%	1,60%	1,20%	0,90%	1,20%	0,80%	0,0783 €/m ³

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** fez o enquadramento do assunto, referindo que, como todos sabiam o Município de Alcanena tinha abastecimento de água pela EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres no Norte do Concelho, nomeadamente nas freguesias de Minde e de Moitas Venda, tendo em conta os caudais mínimos que foram negociados e aprovados já há uns anos, o que fazia com que os consumos já se aproximassem muito dos consumos que eram faturados e pagos. Disse que a informação vinha à reunião de Câmara para conhecimento, devendo também ser remetida à AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena – Empresa Municipal, Sociedade Anónima, não

obstante a EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres o ter também já feito, com toda a certeza. De qualquer forma, reforçou o encaminhamento do assunto para a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, para conhecimento. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.d) Pedido de Redução das Tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência catorze mil trezentos e oitenta/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.002/26. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que veio um requerente apresentar pedido de eliminação de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero quatro dois dois um cinco, emitida a vinte e três de junho de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Anexa ao pedido carta emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a quinze de julho de dois mil e vinte, na qual se informa que os serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo e comprovaram a existência de uma rotura, referindo que o consumo da mesma se reflete na fatura acima identificada. _____

_____ Face ao exposto, refere-se, na informação, que o pedido se encontra devidamente instruído e que reúne condições para o deferimento da redução das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, por cumprirem os critérios definidos por Edital, número seis mil quinhentos e dez, datado de dezoito de junho de dois mil e vinte, com entrada em vigor no dia útil seguinte, nomeadamente por a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, ter comprovado a existência rotura. _____

_____ Mais se propõe que se autorize a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Deverão ser informados o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa

competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada, celebrado entre o município e esta entidade. _____

_____ Deverá ser informado o requerente de que o pedido de redução de tarifas de saneamento deve ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos, referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero quatro dois dois um cinco, emitida a vinte e três de junho de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Autorizada a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Informar o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e essa entidade. _____

_____ Informar, também, o requerente, de que o pedido de redução de tarifas de saneamento deve ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **2.e) Pedido de Redução das Tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência catorze mil quinhentos e oito/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.002/42. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que veio um requerente apresentar pedido de eliminação de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero cinco zero oito nove oito, emitida a vinte e oito de julho de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Anexa ao pedido carta emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a dois de setembro de dois mil e vinte, na qual se informa que os serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo e comprovaram a existência de uma rotura, referindo que o consumo da mesma se reflete na fatura acima identificada. _____

_____ Face ao exposto, refere-se, na informação, que o pedido se encontra devidamente instruído e que reúne condições para o deferimento da redução das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, por cumprirem os critérios definidos por Edital, número seis mil quinhentos e dez, datado de dezoito de junho de dois mil e vinte, com entrada em vigor no dia útil seguinte, nomeadamente por a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, ter comprovado a existência rotura. _____

_____ Mais se propõe que se autorize a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Deverão ser informados o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada, celebrado entre o município e esta entidade. _____

_____ Deverá ser informado o requerente de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos, referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero cinco zero oito nove oito, emitida a vinte e oito de julho de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Autorizada a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Informar o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e essa entidade. _____

_____ Informar, também, o requerente, de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **2.f) Pedido de Redução das Tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência catorze mil quinhentos e trinta e quatro/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.002/43. (Para deliberação)**

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que veio um requerente apresentar pedido de eliminação de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero cinco nove cinco cinco zero, emitida a um de outubro de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Anexa ao pedido carta emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a um de outubro de dois mil e vinte, na qual se informa que os serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo e comprovaram a existência de uma rotura, referindo que o consumo da mesma se reflete na fatura acima identificada. _____

_____ Face ao exposto, refere-se, na informação, que o pedido se encontra devidamente instruído e que reúne condições para o deferimento da redução das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, por cumprirem os critérios definidos por Edital, número seis mil quinhentos e dez, datado de dezoito de junho de dois mil e vinte, com entrada em vigor no dia útil seguinte, nomeadamente por a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, ter comprovado a existência rotura. _____

_____ Mais se propõe que se autorize a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Deverão ser informados o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada, celebrado entre o município e esta entidade. _____

_____ Deverá ser informado o requerente de que o pedido de redução de tarifas de saneamento deve ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos, referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero cinco nove cinco cinco zero, emitida a um de outubro de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Autorizada a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Informar o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e essa entidade. _____

_____ Informar, também, o requerente, de que o pedido de redução de tarifas de saneamento deve ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima

_____ **2.g) Pedido de Redução das Tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência quinze mil quatrocentos e cinquenta e seis/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.002/50. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que veio um requerente apresentar pedido de eliminação de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero seis quatro nove sete nove, emitida a trinta de setembro de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Anexa ao pedido carta emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a trinta de setembro de dois mil e vinte, na qual se informa que os serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo e comprovaram a existência de uma rotura, referindo que o consumo da mesma se reflete na fatura acima identificada. _____

Reunião de 02/11/2020

_____ Face ao exposto, refere-se, na informação, que o pedido se encontra devidamente instruído e que reúne condições para o deferimento da redução das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, por cumprirem os critérios definidos por Edital, número seis mil quinhentos e dez, datado de dezoito de junho de dois mil e vinte, com entrada em vigor no dia útil seguinte, nomeadamente por a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, ter comprovado a existência rotura. _____

_____ Mais se propõe que se autorize a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Deverão ser informados o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada, celebrado entre o município e esta entidade. _____

_____ Deverá ser informado o requerente de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos, referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero seis quatro nove sete nove, emitida a trinta de setembro de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Autorizada a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Informar o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e essa entidade. _____

_____ Informar, também, o requerente, de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima

_____ **2.h) Pedido de Redução das Tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência catorze mil setecentos e sessenta e sete/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.002/44. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que veio um requerente apresentar pedido de eliminação de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos referentes às faturas números dois mil e vinte zero zero zero zero oito três nove sete, dois mil e vinte zero zero zero um quatro sete seis cinco e dois mil e vinte zero zero zero cinco um oito dois seis, emitidas, respetivamente, a treze de fevereiro, dez de março e sete de agosto de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Anexa ao pedido carta emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a vinte e três de setembro de dois mil e vinte, na qual se informa que os serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo e comprovaram a existência de uma rotura, referindo que o consumo da mesma se reflete na fatura acima identificada. _____

_____ Face ao exposto, refere-se, na informação, que o pedido se encontra devidamente instruído e que reúne condições para o deferimento da redução das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, por cumprirem os critérios definidos por Edital, número seis mil quinhentos e dez, datado de dezoito de junho de dois mil e vinte, com entrada em vigor no dia útil seguinte, nomeadamente por a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, ter comprovado a existência rotura. _____

_____ Mais se propõe que se autorize a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Deverão ser informados o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada, celebrado entre o município e esta entidade. _____

_____ Deverá ser informado o requerente de que o pedido de redução de tarifas de saneamento deve ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos, referentes às faturas números dois mil e vinte zero zero zero oito três nove sete, dois mil e vinte zero zero zero um quatro sete seis cinco e dois mil e vinte zero zero zero cinco um oito dois seis, emitidas, respetivamente, a treze de fevereiro, dez de março e sete de agosto de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Autorizada a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Informar o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e essa entidade. _____

_____ Informar, também, o requerente, de que o pedido de redução de tarifas de saneamento deve ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **2.i) Pedido de Alteração de Lugar na Feira de Alcanena. Documento referência oito mil oitocentos e sessenta e cinco/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.50.201/29. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação identificada em epígrafe, na qual se informa que deu entrada na Autarquia, a doze de outubro de dois mil e vinte, um pedido de uma comerciante a solicitar a mudança de lugar na Feira Semanal de Alcanena. A comerciante solicita a transferência do espaço número dezoito, com oito metros quadrados, para o lugar número vinte e três, com dez metros quadrados, que se encontra vago. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto, informando que o lugar na feira semanal havia ficado livre, tendo a vendedora pedido para mudar para o lugar em causa (lugar número vinte e três), com dez metros quadrados. Não havia nada a opor em relação à mudança de lugar,

não tendo havido mais interessados no referido lugar. Até à data, aquela vendedora era a única interessada, não havendo, por isso, nada a opor. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o pedido de alteração do lugar número dezoito da Feira Semanal de Alcanena, com oito metros quadrados, para o lugar número vinte e três da referida feira, com a devida atualização da taxa a pagar. _____

_____ **2.j) Pedido de Estorno Faturas AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima - faturação emitida em um de setembro de dois mil e vinte. Documento referência oito mil cento e oitenta e cinco/dois mil e vinte, Processo referência 2020/850.10.003/30. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião um email remetido pela Diretora do Agrupamento de Escolas de Alcanena, a vinte e três de setembro de dois mil e vinte, através do qual solicita o estorno do valor assumido pelo Agrupamento de Escolas, referente às faturas emitidas pela AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a um de setembro de dois mil e vinte, com os números dois mil e vinte zero zero zero, dois zero zero zero sete seis, dois mil e vinte dois zero zero zero sete zero sete e dois mil e vinte dois zero zero zero sete zero oito, nos valores, respetivamente, de setecentos e cinquenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos, quatrocentos e sete euros e dez cêntimos e mil quinhentos e quarenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos, e da nota de crédito número dois mil e vinte seis zero zero zero zero um dois, no valor de duzentos e dezanove euros e setenta e nove cêntimos. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** referiu que, com a transferência de competências da Educação para o Município, com efeitos a um de setembro, todas as faturas com data de emissão após um de setembro, inclusive, passaram a ser da responsabilidade do Município. As faturas em causa foram emitidas ao Agrupamento de Escolas de Alcanena, tendo já sido emitidas em setembro, pelo que o pagamento das mesmas deveria ser efetuado pelo Município. Assim, iria proceder-se ao envio do valor assumido pelo Agrupamento de Escolas de Alcanena, mas que era já da responsabilidade do Município. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o estorno do valor assumido pelo Agrupamento de Escolas, referente às faturas emitidas pela

AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a um de setembro de dois mil e vinte, com os números dois mil e vinte zero zero zero, dois zero zero zero zero sete seis, dois mil e vinte dois zero zero zero zero sete zero sete e dois mil e vinte dois zero zero zero zero sete zero oito, nos valores, respetivamente, de setecentos e cinquenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos, quatrocentos e sete euros e dez cêntimos e mil quinhentos e quarenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos. Ao valor das referidas faturas, será deduzido o valor da nota de crédito número dois mil e vinte seis zero zero zero zero zero um dois, no valor de duzentos e dezanove euros e setenta e nove cêntimos, sendo o valor total a pagar ao Agrupamento de Escola de Alcanena, de dois mil quatrocentos e oitenta e cinco euros e noventa e dois euros. _____

_____ **2.1 – SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL** _____

_____ **2.1.a) Alteração quarenta e quatro ao Orçamento e quarenta e três às Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte. Documento referência catorze mil oitocentos e sessenta e oito/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.10.001/47. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.b) Alteração quarenta e cinco ao Orçamento e quarenta e quatro às Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte. Documento referência quinze mil e vinte e seis/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.10.001/48. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.c) Autorização para Realização de Despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de nove a vinte e dois de outubro de dois mil e vinte, no valor global de €117.318,93 (cento e dezassete mil, trezentos e dezoito euros e noventa e três cêntimos). Documento referência quinze mil cento**

e oitenta e nove/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.50.400/2 (Para conhecimento) _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.d) Relação dos Compromissos efetuados no período de nove a vinte e dois de outubro de dois mil e vinte, no valor total de €63.908,07 (sessenta e três mil, novecentos e oito euros e sete cêntimos). Documento referência quinze mil cento e noventa/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.50.400/3. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.e) Relação das Ordens de Pagamento autorizados por despacho no período de nove a vinte e dois de outubro de dois mil e vinte. Documento referência quinze mil cento e noventa e um/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.50.400/4.** _____

_____ **- Operações Orçamentais no valor total de €869.462,00 (oitocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois euros), correspondentes às autorizações números três mil quatrocentos e onze a três mil seiscentos e um;** _____

_____ **- Operações de Tesouraria no valor total de €17.843,06 (dezassete mil, oitocentos e quarenta e três euros e seis cêntimos), correspondentes às autorizações números duzentos e quarenta e cinco a duzentos e oitenta e dois-M. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.f) Relação dos Pagamentos efetuados no período de nove a vinte e dois de outubro de dois mil e vinte. Documento referência quinze mil cento e noventa e dois/dois mil e vinte, processo referência 2020/300.50.400/5;** _____

_____ - **Pagamentos de Operações Orçamentais: €722.205,83** (setecentos e vinte e dois mil, duzentos e cinco euros e oitenta e três cêntimos); _____

_____ - **Pagamentos de Operações de Tesouraria no valor total de €14.916,80** (catorze mil, novecentos e dezasseis euros e oitenta cêntimos). (Para conhecimento)

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.g) Resumo Diário da Tesouraria do dia útil anterior ao da reunião** (Para conhecimento). _____

_____ Presente, para conhecimento, o Resumo Diário de Tesouraria do dia trinta de outubro de dois mil e vinte, o qual acusa um saldo de 1.558.843,53€ (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta e três euros e cinquenta e três cêntimos), sendo 1.144.259,92€ (um milhão, cento e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e nove euros e noventa e dois cêntimos) de Operações Orçamentais e 414.583,61€ (quatrocentos e catorze mil, quinhentos e oitenta e três euros e sessenta e um cêntimos) de Operações de Tesouraria. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL** _____

_____ **3.1 – Proposta de Apoio ao Centro de Bem Estar Social de Serra de Santo António – Aquisição de Equipamento de Cozinha e Lavandaria. Documento referência três mil quinhentos e noventa e cinco/dois mil e vinte, Processo referência 2020/850.10.600/11. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a Proposta identificada em epígrafe, que se consubstancia nos seguintes considerandos: _____

_____ «I - Da justificação _____

_____ Considerando que: _____

_____ 1. O quadro de atribuições dos municípios, consagrado no Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, prevê “...Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes”; _____

_____ 2. Estão respeitadas as disposições legais previstas na Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, e no Decreto-Lei número cento e vinte e sete/dois mil e doze, de vinte e um de junho; _____

_____ 3. O Centro de Bem Estar Social da Serra de Santo António adquiriu o estatuto de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, aprovado e publicado na III Série do Diário da República, Número duzentos e setenta e seis, de vinte e oito de novembro de dois mil e três; _____

_____ 4. O Centro de Bem Estar Social de Serra de Santo António é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que nasceu com o objetivo de criar melhores condições de vida para a comunidade através do apoio social para o qual está vocacionado; _____

_____ 5. Em janeiro de dois mil e cinco, foi publicada a Declaração de Utilidade Pública e, em março de dois mil e oito, foi aprovada a candidatura ao programa PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, para o financiamento da construção de equipamento social que permita o desenvolvimento da sua atividade; _____

_____ 6. Este equipamento pretende dar resposta às várias necessidades sociais, através das seguintes valências: Centro de Dia, com capacidade para vinte e cinco utentes, Lar de Idosos com capacidade para quarenta e oito utentes e SAD – Serviço de Apoio Domiciliário com capacidade para vinte utentes; _____

_____ 7. Este projeto contribui para proporcionar respostas sociais atualmente inexistentes na Freguesia, garantindo assistência à população local através dos serviços prestados, sendo, contudo, abrangente a outras pessoas de outros territórios. Este projeto social valoriza o território e cria novos postos de trabalho; _____

_____ 8. O Centro de Bem Estar Social de Serra de Santo António tem trabalhado arduamente na mobilização da população em geral para a angariação de fundos, de modo a garantir o financiamento da obra de construção do Centro de Bem Estar Social; _____

_____ 9. O projeto que se encontra licenciado beneficiou de isenção de taxas Municipais no valor de 8.157,30€ (oito mil cento e cinquenta e sete euros e trinta cêntimos), de acordo com a alínea I) do número um, do artigo décimo do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Alcanena; _____

_____ 10. O Centro de Bem Estar Social da Serra de Santo António solicitou, à Câmara Municipal, apoio para a conclusão da obra, tendo sido atribuído um apoio no montante de 300.000,00€ (trezentos mil euros), pagos nos anos de dois mil e quinze, dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete, através do Protocolo de Colaboração aprovado em Reunião de Câmara, realizada a quinze de junho de dois mil e quinze; _____

_____ 11. O Centro de Bem Estar Social, no âmbito dos arranjos exteriores da área envolvente ao edifício, solicitou apoio financeiro à Câmara Municipal para a alteração ao Parque de Estacionamento, com vista ao aumento do número de lugares de estacionamento, tendo a Câmara Municipal, na sua reunião de dezoito de maio de dois mil e vinte, deliberado atribuir um apoio de 6.192,06€ (seis mil cento e noventa e dois euros e seis cêntimos); _____

_____ 12. O financiamento proveniente do programa PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais cobre apenas cerca de 28,81% (vinte e oito vírgula oitenta e um por cento) do valor total do projeto, que é de 1.812.000.00€ (um milhão, oitocentos e doze mil euros), tendo sido, por isso, necessário garantir o financiamento da restante percentagem, contribuindo, assim, para a valorização de todos os esforços levados a efeito por parte do Centro de Bem Estar Social da Serra de Santo António, ao longo dos vários anos, na angariação de fundos; _____

_____ 13. O Centro de Bem Estar Social da Serra de Santo António, encontrando-se na fase de conclusão da obra, solicitou à Câmara Municipal de Alcanena, através do Ofício com a referência quatro mil setecentos e trinta e um, de vinte e cinco de maio de dois mil e vinte, apoio para a aquisição do equipamento da cozinha e lavandaria, equipamento que não estava previsto na candidatura apresentada; _____

_____ 14. Dada a importância da conclusão deste projeto para a Freguesia da Serra de Santo António e para o concelho de Alcanena, tendo em conta o fim social a que se destina, entende-se assim, que seja de concretizar o apoio através da atribuição de um apoio pecuniário. _____

_____ II – Da proposta em sentido estrito _____

_____ Propõe-se à Câmara Municipal de Alcanena que delibere aprovar a presente proposta de apoio, autorizando assim a comparticipação financeira para a aquisição de equipamento de cozinha e lavandaria, pelo Centro de Bem Estar Social da Serra de Santo António, no valor total de 59 385,00€ (cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e cinco mil euros). _____

_____ O Centro de Bem Estar Social de Serra de Santo António deve entregar os documentos comprovativos da despesa candidatada a apoio, previamente à entrega do apoio. _____

_____ III – Da Divulgação _____

_____ Caso a presente proposta venha a merecer aprovação do executivo municipal, dever-se-á proceder à divulgação pública da mesma, através da afixação de

editais, nos lugares de estilo, Boletim Municipal e Internet, devendo dar-se, também, conhecimento da mesma ao Centro de Bem Estar Social da Serra de Santo António, bem como a todos os serviços municipais, de acordo com o disposto no artigo centésimo quinquagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo e números um e dois, do Artigo quinquagésimo sexto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, no seu Anexo I.» _____

_____ A presente Proposta e demais documentos anexos ficam arquivados no maço de documentos pertencentes a esta Ata. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** começou por referir que, como todos sabiam o Centro de Bem Estar Social de Serra de Santo António era uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social que, há uns anos, se candidatara ao Programa PARES, tendo sido contemplada com a aprovação da candidatura, mas com uma percentagem baixa de comparticipação, o que tinha levantado muitos problemas em termos de execução da obra, por parte da IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social. A Câmara Municipal tinha vindo a apoiar, quer a obra em si, nomeadamente através de um protocolo, do qual fora atribuída uma verba de trezentos mil euros, quer com outros apoios pontuais, no âmbito das várias iniciativas que a instituição fora realizando junto da comunidade para procurar angariar verbas. Mais recentemente, fora atribuído um apoio para arranjos no exterior e melhoria do estacionamento na área envolvente, no valor de 6192,06€ (seis mil cento e noventa e dois euros e seis cêntimos). _____

_____ Acrescentou que a candidatura apresentada não integrava os equipamentos de cozinha e de lavandaria e a IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social solicitara, à Câmara, apoio para essa aquisição. Nos orçamentos apresentados, o valor, sem IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, totalizava 59.385,00€ (cinquenta e nove mil trezentos e oitenta e cinco euros). Considerando que a IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social poderia vir a deduzir o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, não fora incluído o valor do imposto neste apoio. A instituição, deveria, ainda, apresentar os documentos comprovativos da aquisição do equipamento para lhe ser atribuído o apoio. _____

_____ Informou que a informação que tinha era de que a obra estava concluída e, por isso, a boa notícia era que, em breve, poderiam ter mais um equipamento social com a valência de lar para oferecer à população do concelho, e não só, de acordo com a

lotação que o equipamento tinha. Se tudo corresse bem, a abertura das portas do lar, em Serra de Santo António, seria uma realidade em dois mil e vinte e um. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, que afirmou que a dificuldade em relação à metodologia empregue pela Câmara ou pelos serviços, naqueles projetos, era exatamente a mesma, ou seja, ninguém tinha dúvidas de que o projeto era essencial. Aliás, o mesmo já tinha passado por tantas atribulações e os vinte e oito ou vinte e nove por cento de financiamento haviam sido largamente insuficientes para a ambição do projeto em si. Era um projeto que teria de ter uma conclusão. No entanto, olhando para aquilo, não tinha nenhuma matéria de facto para poder deliberar, com equidade, em relação a todas as outras propostas apresentadas a Reunião de Câmara. Como exemplo, disse que a obra, de acordo com a informação presente à reunião, estava concluída e vinha um apoio para o equipamento da lavandaria e da cozinha. Sim senhora, mas era só isso que faltava? A associação não iria precisar de mais auxílio para equipar e para criar as condições para os utentes poderem usufruir do espaço? Ou seja, nem sequer tinha uma noção, em termos daquele apoio, se estava a contemplar tudo o que era necessário, se se tratava de um apoio final ou se, dali a alguns meses, estariam a fazer um reforço do mesmo para outras intervenções. Relembrou, ainda, que, já não foi neste mandato, que já não sabia se tinha sido em dois mil e dezassete ou em dois mil e dezasseis, houvera uma deliberação camarária, aprovada por unanimidade, a qual, segundo sabia, não tinha sido anulada, mediante a qual fora estipulado que os investimentos por parte dos Centros de Bem-Estar, superiores a dez mil euros, seriam comparticipados em quinze por cento, o que considerava até um valor reduzido. Da maneira como assunto era apresentado, nem sequer se enquadrava nessa deliberação, que fora tomada por unanimidade. Portanto, não havia matéria de facto para haver uma deliberação, de forma equidistante em relação aos outros e que tivesse um juízo de valor fundamentado. Como tal, por muito que quisesse ou que gostasse, ressaltando que a Associação em causa lhe merecia tanto respeito, como todas as outras, iria abster-se, porque não podia votar favoravelmente, tal como tinha sido apresentado o documento. _____

_____ A **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** perguntou se tinha apresentado mal o documento. _____

_____ A **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** respondeu que, tanto quanto sabia, a Senhora Presidente era uma pessoa totalmente articulada, esclarecendo que o que dissera era que a matéria dos documentos que

havam sido entregues, em relação às dúvidas e às questões que levantara, nada referiam. _

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** questionou se não tinham recebido o ofício enviado pela IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social a solicitar o apoio. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** respondeu que não tinham recebido nada e o que o ofício não constava dos documentos enviados. _

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** disse que o ofício fazia parte do processo, pelo que se deveria juntar ao mesmo e ser encaminhado para os Senhores Vereadores, devendo constar como anexo à Proposta, tal como estava quando a assinou. _____

_____ Prosseguiu, afirmando que, no que respeitava aos apoios às IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social e às Associações em geral, não havia um único apoio atribuído que não fosse previamente falado com a Associação, nomeadamente em termos da sua relevância, do valor, dentro do que lhes parecia razoável, e sempre no sentido de perceber até onde é que era preciso a Câmara apoiar e até que valor é que a Associação conseguia assumir. Fora isso que acontecera também, naquele caso. Obviamente, houvera um contacto com a Associação, tendo sido transmitido que todos os outros equipamentos, nomeadamente mobiliário, estavam enquadrados na candidatura, sendo adquiridos com base na mesma, nem podiam ter duplo financiamento. A razão do contacto que efetuara fora no sentido de clarificar isso mesmo. O apoio atribuído teria de ser para bens que não estivessem na candidatura e a instituição transmitira que eram aqueles, sendo os únicos que, àquela data, faltavam. Fora isso que lhe fora transmitido. Percebiam que, numa IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, em que toda a obra fora concluída, que tinha mobiliário e que tinha condições para se focar, a partir dali, ao nível dos recursos humanos, o que também tinha sido pedido, uma vez que era a parte mais complexa, no dia em que a Associação abrisse as portas para atender as pessoas. Sabiam que tinha sido complexo todo o processo de obras, sobretudo quando não havia dinheiro suficiente, como era o caso, tendo as obras sido apoiadas pela Câmara e também com recurso a empréstimos contraídos pela própria instituição. Àquela data, havia-lhe sido transmitido que apenas estavam em falta os equipamentos em questão. Tratando-se de equipamentos de

lavandaria e de cozinha, consideravam que eram equipamentos básicos, dado que um CBES – Centro de Bem Estar Social não poderia abrir portas se não tivesse a cozinha e a lavandaria a funcionar. _____

_____ O apoio era atribuído no princípio da importância que o Município dava à Rede Social, a todas as IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, a todas as Associações. Ressalvando que cada caso era um caso, informou que, no momento, não existia nenhum outro pedido de nenhuma outra IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social. Já houvera dos Centros de Bem-Estar de Minde, do Espinheiro, da ASSIM – Associação do Solidariedade Social Interventiva Moreirense, da AIJIL- Associação de Apoio Integrado de Jovens e Idosos de Louriceira, da Associação ABC, tendo sido todas apoiadas. Em relação ao Centro de Bem Estar Social de Alcanena, o mesmo tinha um enquadramento próprio. Apesar de aquele ano ser um ano especialmente difícil, o Município tinha apoiado todas as IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, na proporção do número de utentes, com equipamentos de proteção individual, tratando-se de um apoio em géneros, em equipamentos. O Centro de Bem Estar Social de Alcanena acabava por ter um enquadramento próprio, até porque um benemérito tinha, recentemente, atribuído uma verba muito significativa à instituição. Esclareceu que procuravam atender, quando as instituições precisavam mesmo e não tinham outras fontes de apoio e de financiamento, como é natural e razoável que aconteça. Isso era o que vinha a ser feito com todas, de acordo com a manifestação de necessidades e com a avaliação conjunta da importância dos apoios, exemplificando que tinham sido concedidos para melhorar as instalações ou para viaturas, sendo sobretudo ao nível da melhoria das instalações. _____

_____ Prosseguiu a **Senhora Presidente da Câmara**, dizendo que, à data, o conhecimento que tinha era de que faltavam aqueles equipamentos. Se lhe perguntassem se, no ano seguinte, a instituição viria a identificar a falta de mais alguma coisa, não saberia responder, mas, naquela data, só manifestara a falta do equipamento em questão, sem o qual não conseguiriam abrir portas, o que era por demais evidente. E o Município sempre tinha tido uma preocupação com a área social, com a rede social, e reconhecia, tal como já tinha reconhecido com todos os outros apoios, que aquele equipamento era mais um equipamento que valorizava, ao nível social, o Concelho e isso honrava-os, orgulhava-os, enchia-os os de orgulho terem mais um equipamento com aquela qualidade para oferecer àqueles que mais precisavam, fossem eles do Concelho de Alcanena, prioritariamente seriam esses os primeiros beneficiários, ou de outros

concelhos, até porque a Serra de Santo António estava muito próxima de outras Freguesias do Concelho de Porto de Mós, existindo essa proximidade territorial, pela qual a instituição poderia vir a ser procurada por aquelas famílias e por aquelas pessoas.

_____ **Solicitou do uso da palavra a Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** que reiterou que, se as informações não viessem detalhadas e completas, só avaliavam o que lhes era enviado. Acrescentou que não tinha qualquer dúvida do empenho do CBESSA – Centro de Bem Estar Social de Serra de Santo António, mas toda a comunicação referida pela Senhora Presidente, e que tinha como verdadeira, em que tinha havido o contacto com a instituição e o levantamento de dados, não lhes havia sido transmitida. Defendeu que, para deliberarem em consciência, tinham que estar a par de todos os factos, na hora em que se debruçavam sobre os documentos. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** disse que a proposta estava completa e era bem explícita por isso não existia falta de informação. No entanto, era a primeira a concordar e já tinha solicitado que se juntasse ao processo o ofício com o pedido da entidade e as respetivas fichas de cabimento e de compromisso. No entanto, a proposta elencava todos passos e concluía, no ponto treze, que o apoio para a aquisição daquele equipamento não estava previsto na candidatura apresentada. _____

_____ De seguida, **a Senhora Presidente da Câmara Municipal** colocou o assunto a votação. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria:** Aprovada a comparticipação financeira para a aquisição de equipamento de cozinha e lavandaria, pelo Centro de Bem Estar Social da Serra de Santo António, no valor total de 59 385,00€ (cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e cinco mil euros), ao abrigo do disposto na alínea o), do número um do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ **Abstiveram-se os Vereadores, Senhores** João Carlos Braga Correia Pinto e Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo. _____

_____ **Votaram favoravelmente os Vereadores, Senhores** Luís Miguel Martins Pires, Maria João Martins Antunes Gomez, Hugo André Silva Ferreira Santarém, Óscar Manuel Justo Pires e a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** que afirmou que não deixava de ser curioso que aquele importante

investimento na Serra de Santo António, que, há uns anos, tivera um substantivo apoio, na ordem dos trezentos mil euros, aprovado com os votos favoráveis do Partido Socialista, naquele dia, tivesse o apoio para o mobiliário e a cozinha, também com os votos favoráveis do Partido Socialista. Era só aquela nota que queria deixar porque, também na vida, não havia pormenores, havia decisões e não deixava de ser curioso, embora não fosse, obviamente, da responsabilidade da Senhora Vereadora, que o apoio dado no passado tivesse passado com os votos do Partido Socialista e que o apoio para a mobília e para tudo o resto tivesse sido feito com os votos favoráveis do Partido Socialista e, felizmente, veriam que aquele equipamento, na Serra de Santo António, seria uma realidade, conforme fora o sonho de tanta gente naquela localidade e não só. _

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** afirmou que o Vereador Hugo acabara de dizer que o apoio aprovado era para o mobiliário, no entanto tinha em conta que era apenas para as instalações de lavandaria e cozinha. Questionou, por isso, se o apoio também seria para o mobiliário. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** pediu desculpa pelo engano e corrigiu que o apoio era para equipamentos de lavandaria e cozinha. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** disse que o esclarecimento solicitado era apenas para concretizar aquilo de que estavam a falar. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, que defendeu que, dentro do debate e da condução da reunião, na sua opinião, todas as pessoas deviam e podiam fazer as suas intervenções, mas considerava que as mesmas deviam ser feitas no sítio próprio, para não estarem, depois, a arrastar a reunião e não estar, naquele momento, a ocupar tempo para dar a resposta ao Senhor Vereador Hugo Santarém. Houvera o ponto e o Vereador podia ter feito a sua intervenção, pois certamente lhe seria dada a palavra. Na sua opinião, aquela era uma maneira de estar que era muito pouco institucional. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** argumentou que o sentido de voto era uma decisão política e, pedindo desculpa, disse que estavam ali a fazer apreciações políticas, achando, por isso, que não devia passar em vão a importante obra e o equipamento que era fundamental para o Concelho. Defendeu que estavam ali para fazer apreciações políticas, apenas isso. Não queria, de todo, ser indelicado, mas o não votar favoravelmente um apoio daquele tipo merecia apreciação

política e pensava que era ali o espaço próprio para haver debate político. Pediu desculpa à Senhora Vereadora, mas afirmou não a acompanhar naquele raciocínio. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** defendeu que aquele também não era o local para campanha eleitoral, essa ficava para depois. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** disse que o que importava era que se tratava de mais um relevante projeto, muito relevante na área social, sendo que importava ter presente que as pessoas continuavam a ser o que de mais importante havia no território, devendo ser apoiadas em qualquer idade. Por isso, tinha havido e continuará a haver investimento ao nível dos equipamentos escolares e tinha havido e continuará a haver investimento ao nível dos equipamentos sociais porque consideram que, as pessoas são mesmo muito importantes. Aquele equipamento social ficava no Concelho, ficava feito, graças ao apoio do Executivo liderado pelo Partido Socialista. _____

_____ **4 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO** _____

_____ **5 – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** _____

_____ **5.1 - Plano de Contingência do Mercado Municipal – António Galveias Dias. Documento referência catorze mil seiscentos e vinte e três/dois mil e vinte, Processo referência 2020/150.10.400/170. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião, para conhecimento, o Plano de Contingência COVID-19 do Mercado Municipal de Alcanena, António Galveias Dias. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** disse que os planos de contingência dos vários edifícios tinham como objetivo focar a especificidade de cada edifício, porque havia sempre diferenças, mas, o que era certo, era que havia medidas que eram transversais, tais como o distanciamento a que tinham de estar atentos, o uso de máscara, a medição da temperatura, a circulação. Afirmou que estavam preocupados com a situação e iriam continuar a estar. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** fez algumas apreciações em termos de eventuais melhorias do Plano, afirmando que, à semelhança de outros planos que já consultara, faltava a identificação do Grupo de Gestão do Plano de Contingência, ou seja, das pessoas afetas ao mesmo, com as quais os lojistas pudessem fazer o contacto; em relação à identificação das fases do Plano e

procedimentos adotados (Fase de Prevenção, Fase de Alerta, Fase de Recuperação), também nada era referenciado em relação àquele plano; e, finalmente, uma parte que era muito relevante, o Plano deveria incluir um Plano de Higienização e Limpeza dos Recintos, assim como o Protocolo de Resíduos, que, na sua opinião, também deveria estar mencionado naquele Plano porque, nomeadamente, a higiene e a remoção dos resíduos eram essenciais para não promover fontes de contaminação. Acrescentou, ainda, como última nota, em termos de sugestões de melhoria, que nada era referido em relação ao Mercado Ambulante. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** informou que a Feira Semanal teria um Regulamento à parte, com outra especificidade. Tinha normas que já estavam a ser aplicadas e, como era um espaço aberto e não um edifício, não fora elaborado um Plano de Contingência, mas tal não significava que não o pudesse vir também a ter. Disse que agradecia os contributos e pediu que os mesmos fossem enviados para o endereço de apoio ao Secretariado da Reunião de Câmara, pedindo, depois, à Secretária da Reunião, que os enviasse para o Coordenador Municipal de Proteção Civil, para avaliação de melhorias no documento, que lhe pareciam na generalidade pertinentes. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** disse que, no final da Reunião, iriam enviar todas as declarações e todas as intervenções que fizeram. _____

_____ Tratando-se de um ponto específico, a **Senhora Presidente da Câmara** pediu que aquele assunto viesse separado, para facilitar o encaminhamento, não sendo necessário reencaminhar todos os outros pontos. Eram contributos para a melhoria de um documento, pelo que poderia ser enviado num email à parte, que, depois, seria reencaminhado ao Coordenador Municipal de Proteção Civil. Poderiam, no entanto, enviar como entendessem e como melhor facilitasse a sua organização. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **5.2 – Plano de Contingência do Cemitério de Alcanena. Documento referência quinze mil duzentos e doze/dois mil e vinte, Processo referência 2020/150.10.400/175. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião, para conhecimento, o Plano de Contingência COVID-19 do Cemitério Municipal de Alcanena. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** afirmou que tinha também sido elaborado o Plano de Contingência do Cemitério Municipal de Alcanena,

até porque, no fim de semana anterior, se tinha assinalado o Dia de Finados e o Dia de Todos os Santos e, com as regras implementadas, não tinha havido constrangimentos nos Cemitérios, pelo menos que tivesse tido conhecimento. Pelo menos no Cemitério de Alcanena, que era da responsabilidade direta do Município, sendo a gestão dos outros da responsabilidade das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia. Mas não tiveram conhecimento de nenhuma situação irregular. Pelo menos em Alcanena, tudo correrá bem. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra a Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** que sugeriu que fossem integradas, no Plano de Contingência do Cemitério de Alcanena, as sugestões mencionadas no ponto anterior. _____

_____ Disse, ainda, que estava referido no Plano que era necessário desinfetar as mãos com solução alcoólica à entrada do Cemitério, mas depois também se referenciava que era necessário fazê-lo junto de cada torneira. Ora, a desinfecção das mãos, não existindo, no local, soluções alcoólicas ou soluções de sabão, não era possível de efetuar. Pensava que, ou se retirava aquele ponto, ou a maior parte deles, porque o que acontecia era que as pessoas desinfetavam as mãos à entrada e à saída e, naquele caso, como os utensílios eram de utilização de cada pessoa e já não havia troca de utensílios, como estava definido no Plano de Contingência, ou então teria de se colocar solução alcoólica em todas as torneiras do cemitério. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** afirmou que, no fim de semana anterior, devido à maior utilização, tinham optado por garantir essa desinfecção também junto a cada torneira. De qualquer modo, como tinham iniciado um processo de substituição de torneiras por outras com um mecanismo em que não se recorria à mão, mas ao pé, acionado por pedal, com menos manuseamento, poderiam as pessoas vir a optar mais pela utilização destas. Ressalvando que o fim de semana anterior tinha sido um caso diferente, com maior afluência de pessoas, iriam, contudo, manter disponível a solução desinfetante, que poderia ser utilizada pelas pessoas, pelo menos, quando entravam e quando saíam do cemitério. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** esclareceu que só tinha feito aquela referência porque, quando fora ao cemitério, só havia a solução desinfetante à entrada. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** perguntou se também não existia desinfetante junto às torneiras, uma vez que tal havia também sido solicitado. _____

_____ Solicitou do uso da palavra o **Vereador, Senhor Luís Miguel Martins Pires**, que afirmou que, na sexta-feira anterior, tinha sido colocado desinfetante junto a todas as torneiras. _____

_____ A **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** afirmou que poderia ter sido numa hora em que ainda não tivesse sido colocado, mas, quando ela fora ao cemitério, realmente não estava, podendo ter sido colocado posteriormente, não pondo as palavras do Vereador Luís Pires em dúvida. _____

_____ De qualquer modo, a **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** referiu que o último fim de semana tinha justificado aquele recurso, aquele reforço, até porque se pretendia que as pessoas não se concentrassem tanto, nem junto às torneiras, nem junto aos contentores do lixo, que, por isso, haviam sido reforçados. Tudo tinha corrido bem, permitindo que no Concelho de Alcanena, se tivesse mantido a tradição associada a esses dias. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **5.3 – Empreitada número dezanove/dois mil e dezassete/DPGOM – Rede de Saneamento de Águas Residuais do Covão do Coelho e Vale Alto – Atraso na Execução da Obra. Documento referência quinze mil quinhentos e oitenta/dois mil e vinte. Processo referência 2017/300.10.001/38 (Para ratificação):** _____

_____ - **Aprovar a prorrogação graciosa do prazo para a conclusão da empreitada, em cento e oitenta e um dias;** _____

_____ - **Aprovação do Plano de Trabalhos proposto pela TOELTA – Gestão de Investimentos e Concessões, Sociedade Anónima;** _____

_____ - **Autorização da subcontratação à firma Dreamfield, Limitada.** _____

_____ Presente à reunião, a informação identificada em epígrafe, a qual é do seguinte teor: _____

_____ “1. Enquadramento _____

_____ 1.1- A empreitada, número dezanove/dois mil e dezassete/DPGOM-Rede de Saneamento de Águas Residuais de Covão do Coelho e Vale Alto foi adjudicada ao concorrente TOELTA - Gestão Imobiliária e Concessões, Sociedade Anónima, com contrato administrativo número vinte e cinco/dois mil e dezoito, de vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito, pelo valor de 2 068 563,69€ (dois milhões, sessenta e oito mil quinhentos e sessenta e três euros e sessenta e nove cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, e prazo de execução de trezentos e sessenta

e cinco dias. A obra foi consignada em sete de janeiro de dois mil e dezanove e o Plano de Segurança e Saúde aprovado na mesma data. _____

_____ 1.2- Na sequência de pedido efetuado pelo empreiteiro, objeto da informação com registo Mydoc número mil seiscentos e quarenta e dois, de dez de fevereiro de dois mil e vinte, a Câmara Municipal de Alcanena, na sua reunião ordinária de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte, aprovou o pedido de prorrogação do prazo de execução da empreitada em trezentos e vinte e sete dias, nos seguintes termos: _____

_____ “- *Aprovada a prorrogação graciosa do prazo de execução da empreitada número dezanove/dois mil e dezassete/DPGOM – Rede de Saneamento de Águas Residuais de Covão do Coelho e Vale Alto, em trezentos e vinte e sete dias, com conclusão da empreitada até trinta de novembro de dois mil e vinte, sendo esta a única forma admitida de compensação do Dono de Obra ao empreiteiro.* _____

_____ *Mais foi deliberado que será da responsabilidade do empreiteiro TOELTA – Gestão Imobiliária e Concessões, Sociedade Anónima as despesas relacionadas com a contratação da empresa de fiscalização, coordenação de segurança em obra e serviços de arqueologia, pelo prazo correspondente à prorrogação do prazo.* _____

_____ *Deliberado, ainda que, caso a empreitada não termine a trinta de novembro de dois mil e vinte, serão aplicadas multas contratuais de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos”* _____

_____ 1.3- A referida deliberação foi comunicada à firma TOELTA - Gestão Imobiliária e Concessões, Sociedade Anónima, mediante o nosso ofício número setecentos e setenta, de três de março de dois mil e vinte; _____

_____ 1.4- No desenvolvimento posterior da empreitada, veio a verificar-se que os trabalhos se mantiveram a um ritmo muito lento, com o empreiteiro apenas a manter uma frente de obra, revelando grandes dificuldades na sua execução, por falta de meios, quer técnicos quer financeiros. _____

_____ Assim, foi o empreiteiro diversas vezes alertado pela Fiscalização e representante do Dono de Obra, quer em reuniões de obra, quer por comunicações escritas, para o incumprimento do plano de trabalhos colocando em causa a conclusão da obra no prazo estipulado de trinta de novembro de dois mil e vinte, já com prorrogação concedida _____

_____ 1.5- Em vinte e quatro de julho de dois mil e vinte, é enviado email, pela fiscalização da obra, solicitando a apresentação pelo empreiteiro, no prazo de dez dias,

de um plano de recuperação com a tomada de medidas urgentes e necessárias à recuperação do atraso da obra, não tendo havido qualquer resposta. _____

_____ 1.6- Em vinte e um de setembro de dois mil e vinte, é enviado ao empreiteiro o ofício número doze mil setecentos e quarenta e quatro (em anexo) dando prazo até vinte e quatro de setembro para apresentação de um plano de trabalhos de efetiva e comprovada recuperação do atraso e conclusão da empreitada no prazo previsto. Caso não fosse apresentada proposta adequada e sustentada o Município reservava-se o direito de tomar as medidas entendidas necessárias, acionando todos os mecanismos legais adequados ao seu dispor para a tutela efetiva dos seus legítimos direitos e poderá este, nos termos do número três do artigo quadringentésimo quarto do Código dos Contratos Públicos, tomar posse administrativa da obra e, ainda, resolver o contrato, a título sancionatório, de acordo com a redação da alínea f), do número um, do artigo quadringentésimo quinto do Código dos Contratos Públicos, dos números dois e quatro do artigo tricentésimo vigésimo quinto e de acordo com a alínea a), do número um, do artigo tricentésimo trigésimo terceiro do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. _____

_____ 1.7- Mediante carta registada com Aviso de Receção, com registo Mydoc número oito mil quinhentos e noventa e um, de dois de outubro de dois mil e vinte, em anexo, enviada por email, em vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte, a TOELTA - Gestão Imobiliária e Concessões, Sociedade Anónima, apresenta as suas justificações para o atraso e informa pretender proceder à cessão da sua posição contratual para a sociedade Dreamfields, Limitada; _____

_____ 1.8- Mediante nosso ofício número três mil duzentos e setenta e um, de seis de outubro de dois mil e vinte, em anexo, o município constata a não apresentação do Plano de Recuperação e informa, quanto às condições a cumprir relativamente à cessão da posição contratual, que deverá ser apresentado, caso seja essa intenção do empreiteiro, até ao dia treze de outubro, para análise pelo município; _____

_____ 1.9- Mediante carta de treze de outubro (anexa), enviada por email, a TOELTA - Gestão Imobiliária e Concessões, Sociedade Anónima, informa que a solução que melhor acautela os interesses de todos os intervenientes será a subcontratação dos trabalhos à Dreamfields, Limitada, com exceção dos pavimentos betuminosos, enviando Plano de Trabalhos com proposta de conclusão da obra em trinta de abril de dois mil e vinte e um; _____

_____ 1.10- O plano de trabalhos apresentado foi objeto de avaliação da fiscalização, conforme parecer referência trezentos e setenta e cinco IF-um zero um quatro ponto vinte, de dezasseis de outubro de dois mil e vinte, que se anexa; _____

_____ 1.11- Mediante nosso ofício número três mil quatrocentos e setenta, de dezanove de outubro de dois mil e vinte, em anexo, o município solicita a entrega, até ao dia vinte e três de outubro, do contrato de subempreitada; _____

_____ 1.12- Mediante carta de vinte e três de outubro, em anexo, o empreiteiro envia contrato de subempreitada; _____

_____ 1.13- Verificado o contrato de subempreitada, foi a TOELTA - Gestão Imobiliária e Concessões, Sociedade Anónima, alertada para o facto de a empresa Dreamfields, Limitada, não deter habilitações (alvará) para execução de trabalhos de instalações elétricas e mecânicas, pelo que o contrato de subempreitada enviado não poderia ser aceite/celebrado; _____

_____ 1.14- Mediante carta de hoje mesmo, vinte e oito de outubro, em anexo, enviada por email, o empreiteiro envia novo contrato de subempreitada, que revoga e substitui o anterior, por forma a corrigir a situação referida no ponto anterior; _____

_____ 2. Conclusões _____

_____ 2.1- No atraso verificado na execução da obra a responsabilidade é totalmente imputável ao adjudicatário TOELTA - Gestão Imobiliária e Concessões, Sociedade Anónima; _____

_____ 2.2- A imprescindibilidade e importância da obra para a população que visa servir e a urgência da sua conclusão, designadamente em face da participação comunitária; _____

_____ 2.3- Atendendo ao atraso verificado na execução da obra, o Município de Alcanena pode proceder à aceitação da solução proposta pelo empreiteiro para continuar com a execução da obra, proceder à aplicação de multas contratuais, e/ou resolução do contrato, sendo que esta última tem também implicações sérias no concluir da obra, já que a contratação de outro empreiteiro implicaria também um processo moroso, com prazos acrescidos. _____

_____ 2.4- O processo exposto na presente informação teve o acompanhamento jurídico do Dr. Jorge Abreu, que emitiu o parecer jurídico com referência CMA-vinte e sete ponto vinte, de vinte e oito de outubro de dois mil e vinte, em anexo. _____

_____ 3. Propostas _____

_____ Atendendo ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Alcanena, delibere quanto a: _____

_____ - Aprovar a prorrogação graciosa do prazo para a conclusão da empreitada da execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais de Covão do Coelho e Vale Alto, a que corresponde a Empreitada número dezanove/dois mil e dezassete/DPGOM, até trinta de abril de dois mil e vinte e um, correspondente a uma prorrogação de mais cento e oitenta e um dias; _____

_____ - Aprovar o Plano de Trabalhos proposto pela TOELTA – Gestão de Investimentos e Concessões, Sociedade Anónima, com compromisso de conclusão dos mesmos até dia trinta de abril de dois mil e vinte e um, devendo o empreiteiro apresentar, no prazo de dez dias após comunicação, os documentos relacionados com o Plano de Trabalhos apresentado, nomeadamente Plano de Pagamentos, Cronograma Financeiro e Mapas de Mão-de-obra e de Equipamentos; _____

_____ - Autorizar, nos termos previstos no artigo tricentésimo décimo sexto e seguintes do Código dos Contratos Públicos e da Cláusula quadragésima oitava do contrato de Empreitada número dezanove/dois mil e dezassete/DPGOM, a TOELTA - Gestão de Investimentos e Concessões, Sociedade Anónima, a efetuar a subcontratação à DREAMFIELDS, Limitada, pessoa coletiva número 510 575 641 (cinco um zero cinco sete cinco seis quatro um), com sede na Rua Sousa Viterbo, número quarenta e oito a quarenta e oito-D, em Lisboa, dos trabalhos melhor identificados no contrato de subempreitada celebrado em vinte e oito de outubro de dois mil e vinte; _____

_____ Sempre sujeito à assunção pela TOELTA – Gestão de Investimentos e Concessões, Sociedade Anónima, da responsabilidade pelo pagamento dos encargos devidos pela fiscalização da empreitada, decorrente da prorrogação dos serviços dessa especialidade à RIPÓRTICO-Engenharia Limitada (sendo o valor atualmente devido a esse título, até trinta de novembro de dois mil e vinte, no montante de 53 940,00€ (cinquenta e três mil novecentos e quarenta euros) acrescido de IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado (vinte e três por cento); _____

_____ Ou _____

_____ - Considerar a eventual rescisão do contrato com a TOELTA – Gestão de Investimentos e Concessões, Sociedade Anónima.” _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto, referindo estar-se perante um processo que podia ser concluído, e com final feliz, sobre uma empreitada que tantos constrangimentos tinha

dado a todos, nomeadamente à Câmara Municipal e, muito em particular, à população, constrangimentos esses originários da relação entre empreiteiro e subempreiteiro. _____

_____ Acrescentou que chegara a estar em avaliação a cedência da posição contratual do empreiteiro, mas o trabalho e a avaliação que tinha vindo a ser feito permitira que se acordasse com o subempreiteiro a realização de alguns dos trabalhos em falta. Excluíram-se desses trabalhos a estação elevatória e a componente elétrica, trabalhos que teriam de ser feitos por outro subempreiteiro, e as pavimentações continuariam a ser da responsabilidade da Toelta. Todos os outros trabalhos, nomeadamente, abertura de vala e fecho e vala e a execução da rede eram da responsabilidade do subempreiteiro, DreamFields. _____

_____ Informou que ambas as entidades haviam chegado a acordo, o que culminara na assinatura do contrato. O subempreiteiro já apresentara a garantia bancária, na passada semana, havendo condições da obra se iniciar no dia seguinte, com várias frentes de trabalho e com um horizonte de conclusão previsto para abril de dois mil e vinte e um. Tratava-se de um desfecho que considerava feliz, do desfecho possível, àquela data, importando que tudo decorresse sem mais entraves. _____

_____ Para deliberação estava prevista a aprovação do subempreiteiro, Dreamfields, o planeamento dos trabalhos e a aprovação da prorrogação do prazo até abril de dois mil e vinte e um. Para alguns, o prazo podia parecer longo, porque queriam a obra já terminada no dia seguinte, mas tinham que ser razoáveis e os trabalhos que faltavam executar não se faziam em meia dúzia de dias. A Câmara tomara posição de estabelecer um prazo que considerava aceitável para a prorrogação em curso, o que exigia que existisse a realização de vários trabalhos em simultâneo, sendo que, enquanto se trabalhava em várias frentes, nomeadamente, ao nível da abertura, colocação de rede e fecho de valas, também se teria de começar a trabalhar, em simultâneo, nas pavimentações. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** informou que tinha algumas questões que gostava de ver esclarecidas. _____

_____ Fez referência ao parecer emitido pela empresa de fiscalização, no que dizia respeito ao desvio do plano de trabalhos ajustado, datado de setembro do corrente ano, sendo que o que se via, em termos de evolução, quer em termos da carga de obra, quer em termos de equipamento de obra, era que a mesma era a pique, em decréscimo. No que respeitava à execução financeira, verificava-se que a execução rondava os quarenta

por cento da totalidade da obra, até àquele momento. Atendendo a que o Município fizera um adiantamento do valor, questionou qual o valor total pago à TOELTA, ao dia daquela reunião. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** informou que iria solicitar essa informação aos serviços e que a mesma seria enviada, uma vez que não tinha, ali, o valor exato desse pagamento. No entanto, o relevante era a execução da obra e o Município não iria pagar mais do que o valor da empreitada. Para além do adiantamento, pagara-se o que estava feito e pagar-se-ia o que faltava fazer. Para si, o relevante era a aprovação, naquela data, das condições para fazer o que faltava fazer para se pode pagar o que faltava pagar. _____

_____ **A Vereadora Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** questionou se a execução financeira lhe seria enviada. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** confirmou que seria enviada e que se irá solicitar ao dirigente da SGFPCO – Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental essa informação, através do Secretariado de Apoio à Reunião de Câmara. _____

_____ No que respeitava ao adiantamento efetuado à Toelta, no montante de 310.000,00€ (trezentos e dez mil euros), a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** questionou por conta de que trabalhos o mesmo havia sido efetuado. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a possibilidade do adiantamento decorria da lei, tivera o respetivo enquadramento legal e técnico e, se a Câmara Municipal deliberara pela aprovação do adiantamento, fora com base numa proposta dos serviços de que era possível conceder-se o mesmo. Se era adiantamento, significava que era uma parte adiantada e que não ia ser novamente paga. Sobre isso não havia quaisquer problemas. O que realmente importava era que a obra se iniciasse com todas as frentes de trabalho que fossem necessárias, e não apenas com uma ou duas, como tinha acontecido até ali, que houvesse a capacidade de execução que o subempreiteiro se comprometera a realizar, considerando que o atraso da obra tinha causado imensos constrangimentos à população e que a Câmara Municipal tinha tido enorme preocupação de ultrapassar, quer com o empreiteiro, quer com o subempreiteiro. Lamentou que a Senhora Vereadora, em vez de se congratular com esse facto, estivesse a colocar questões que, no seu entendimento, eram não questões e só levantar problemas para pôr em causa a solução apresentada. O que fora realizado

estava pago e o adiantamento fora pago, sendo que aquele valor não seria pago outra vez. Se tivesse havido cedência da posição contratual, em que deixasse de ser a Toelta a responsável pela obra, tinha que haver a devolução desse montante, mas isso nem se coloca nesta proposta, dado que, não há cedência da posição contratual. O empreiteiro continua a ser a Toelta, a faturação e o pagamento continuam a ser feitos ao empreiteiro. Continuava a ser possível fazer com o empreiteiro o acerto de contas do adiantamento feito. A Toelta propõe agora a aprovação de um empreiteiro para os trabalhos apresentados, assim como pode vir a apresentar outros para outras áreas nomeadamente as pavimentações e as Estações Elevatórias, dado que esses trabalhos não estavam considerados naquele plano de trabalhos, com o subempreiteiro, DreamFields. O empreiteiro não havia mudado, continuava a ser a Toelta era a esse que se vai continuar a pagar. ____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** reiterou a sua posição, referindo que, de todos os assuntos que eram presentes a reunião de Câmara, a pessoa mais indicada para prestar os esclarecimentos era a Senhora Presidente de Câmara e era nessa sede que devia ser dado o esclarecimento público. ____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente de Câmara Municipal** esclareceu que terminava as reuniões todas com a convicção de que não faltara aos esclarecimentos. No entanto, argumentou não estar a perceber as questões que estavam a ser colocadas, considerando que o assunto que estava a deliberação era tão mais importante do que todas as dúvidas que a própria não entendia como dúvidas, mas como tentativa de criar entraves ao início das obras. _____

_____ Continuando a análise dos documentos enviados, **a Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** referiu que a análise efetuada pela empresa de fiscalização ao novo plano de trabalhos, apresentado pela Toelta, dentro dos trabalhos que eram necessários realizar, onde se incluíam as épocas festivas, da aplicação da pavimentação betuminosa, de ausências de informação no caderno de encargos, da estação elevatória de Covão do Coelho, das instalações elétricas das estações elevatórias, concluía a empresa de fiscalização, em cinco páginas A4, que tinha dúvidas que a execução da empreitada fosse verosímil em cento e oitenta e um dias. Referia a empresa de fiscalização que *“conforme verificado ao longo da empreitada, ao longo dos balizamentos semanais e mensais efetuados ao plano de trabalhos, existiam atrasos constantes na execução dos trabalhos e ainda tarefas procrastinadas pelo*

empreiteiro, por exemplo, a aplicação dos equipamentos eletromecânicos. Não obstante o atraso registrado por insuficiente mão-de-obra e equipamentos, diremos que foi este o motivo principal registrado para o atraso na empreitada. Considera esta fiscalização que a proposta apresentada pelo empreiteiro se expressa como ambiciosa e o plano de trabalhos apresentado não poderá ser cumprido pelos motivos redigidos neste documento.” Em suma, quando a própria entidade que fazia a fiscalização e avaliação dos planos enviados apresentava aquela conclusão, tinha muita dificuldade em entender em que informação a Senhora Presidente se baseava para ter uma conclusão diferente da empresa de fiscalização, que apresentava sérias dúvidas quanto à concretização do projeto, e gostaria que a Senhora Presidente apresentasse os argumentos que a levavam a discordar da empresa de fiscalização. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** respondeu que todo o custo que resultava da fiscalização, e que ia para além do prazo normal da empreitada, seria um custo do empreiteiro, que teria de ressarcir a Câmara desse valor, nem que fosse por acerto de contas, no final da obra. Exceto se a verba vier a ser considerada elegível na candidatura. _____

_____ No entanto, o que estava para votação, esclareceu, não era o relatório da fiscalização, mas sim o Plano de Trabalhos, que reconhecia como assinado de boa-fé, entre o empreiteiro e o subempreiteiro. A fiscalização tinha de fiscalizar bem e, dali para a frente, fiscalizar ainda melhor e prestar contas ao Dono de Obra, de forma mais regular, prevendo problemas, constrangimentos, apresentando propostas e soluções. Não bastava falar dos problemas depois deles terem acontecido. Era preciso prevê-los e apresentar propostas de solução. Até para que o problema não se viesse a efetivar. Era a sua forma de gestão. A fiscalização podia estar descrente porque tivera poucos trabalhos para fiscalizar. Quando uma obra tinha um prazo de execução de um ano e a empresa de fiscalização tinha um ano para fiscalizar a obra e andava há dois anos para fiscalizar uma obra, da qual faltava ainda executar mais de cinquenta por cento, havia que se reconhecer que se estava perante uma fiscalização que tinha tido pouco para fiscalizar. Assim, mais dedicada tinha de estar ao que faltava fiscalizar. Tinha estado descrente porque tinha estado habituada a fiscalizar apenas uma ou duas frentes de trabalho. Mas, enquanto Presidente de Câmara, tinha de acreditar no Plano de Trabalhos que tinha à sua frente, mais do que num relatório de fiscalização, que registava o seu ceticismo com base num passado, que importava ter presente, mas que não se queria repetir. Mais importante era o contrato assinado pelo empreiteiro e subempreiteiro, e era a palavra e o

compromisso de ambos que, para si, mais valia e que tinha de valer para todos, no espírito de confiança e forte empenho, para ultrapassar a situação. Aquela obra tinha que merecer a confiança e o empenho de todos. _____

_____ Afirmou acreditar que algumas pessoas publicamente se mostrassem muito preocupadas com o atraso das obras, mas, depois, esfregavam as mãos de contentes por estarem paradas e enviavam fotografias à comunicação social sobre o estado das ruas, e o atraso das obras, sendo uma oportunidade que tinham para procurar pôr em causa o trabalho da Câmara Municipal e da sua Presidente. _____

_____ A Câmara Municipal só tinha uma posição, trabalhar para a concretização da obra, dado que considerava que a população de Covão do Coelho e Vale Alto tinha direito também a ter saneamento, encontraram participação comunitária para ela ser feita. Lançara-se concurso e houve azar com o empreiteiro, que por sua vez também teve azar com os problemas que tem enfrentado. Mas o azar maior era mesmo das populações. Existia dualidade de critérios, sendo esquecido que as empresas também podiam atravessar problemas económicos. E, face a esses problemas, era papel da Câmara trabalhar com as empresas para se encontrar a melhor plataforma de entendimento para se concretizar as obras que estavam a decorrer no município. A capacidade de diálogo da Câmara com as empresas era visível com aquela empreitada e era isso que estava presente a votação e que resultava de bom entendimento, mediado pela Câmara Municipal, entre o empreiteiro e o subempreiteiro. Face a tal facto, afirmou estar feliz de se ter chegado a tal entendimento. Estaria infeliz se tivesse de apresentar à Câmara a segunda proposta também apresentada como possível pela dirigente, nomeadamente a rescisão do contrato. Era possível, mas não é a desejável, dado que eternizaria, por mais um ano, a resolução do problema. Assim temos uma perspetiva mais positiva de, em seis meses, ter a obra concluída. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** relembrou a Senhora Presidente que, ainda em fevereiro daquele ano, fora tão enfática como estava a ser naquela reunião, em termos da necessidade de concretização da obra e de recuperação do atraso. Com a mesma vontade e o mesmo discurso, os Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos por Alcanena – Um Concelho com Futuro, fizeram as mesmas considerações, sendo que, nessa altura, se ofereciam muitas dúvidas relativamente ao cumprimento do prazo previsto e que fora deliberado que, se não concluíssem a obra no final do prazo, seriam aplicadas as coimas previstas. Verificava-

se que, passados seis meses, se continuava na mesma situação que há seis meses atrás. Já nessa altura, havia contrato entre empreiteiro e subempreiteiro, o qual vinha agora abaixo porque a Toelta não tivera capacidade de pagar ao subempreiteiro. Naquele momento, já estavam no segundo contrato. Disse não ser capaz de encontrar factos concretos que a levassem a pensar que a situação ia ser diferente do que a que ocorrera no passado. _____

_____ Sessenta por cento da obra que não fora feita em dois anos, ia ser feita em cento e oitenta e um dias, considerando ainda que, em determinadas alturas, não ia ser possível aplicar o betuminoso, nomeadamente abaixo dos quinze graus e acima dos vinte e cinco graus. Todo o equipamento relacionado com as estações elevatórias ia carecer de pareceres técnicos e especializados. Disse que poderia estar mais de uma hora a elencar uma série de constrangimentos e que a assunção da obra em cento e oitenta e um dias não poderia ser apenas um ato de fé. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** questionou a Senhora Vereadora sobre qual era afinal a solução que defendia. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** respondeu que a solução passava pela responsabilização da Toelta, que não tinha cumprido com as suas obrigações. O Município tinha procurado solução e já lhes propusera mais que uma solução, foram dadas várias benesses, sem ser aplicada qualquer coima pelo não serviço que estavam a fazer e as populações iam-se sujeitar, mais uma vez, a estar à espera do que viria. Se conseguissem terminar a empreitada em cento e oitenta e um dias, seria a primeira pessoa a assumir que se enganara. Teria todo o gosto em estar enganada. No entanto, na sua opinião, estava-se a empurrar o problema com a barriga. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** reiterou que a Senhora Vereadora não apresentara solução para o problema. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** retorquiu não confiar na solução e que a Toelta não era merecedora do contrato. Tivera o cuidado de fazer a leitura de todo o contrato, de todas as cláusulas. Se a Toelta não pagasse à Dreamfields, a obra parava. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, naquele momento, existia uma garantia bancária, que confere maior segurança ao subempreiteiro _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** insistiu que a garantia bancária não era solução e que não iria resolver o problema do Município. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** disse pensar que se tinha de ser pragmático e evoluir nesta questão. O que estava em cima da mesa era para se concretizar a obra em seis meses. A obra tinha um prazo de execução de um ano, o que significava que cinquenta por cento da obra poderia ser feita em seis meses e os restantes nos outros seis meses. E fora assim que o concurso fora lançado e fora assim que a obra fora adjudicada. Faltavam cerca de cinquenta por cento da obra e estava-se precisamente a prever seis meses, que era o prazo que, em proporção, já no pressuposto do concurso, deveria ser da execução de cinquenta por cento da empreitada. Existiam trabalhos que já haviam sido feitos e, com mais frentes de trabalho, recursos e equipamentos, era este o prazo que o subempreiteiro se comprometera a cumprir e, no limite. No final é um facto que podem ser aplicadas coimas. No entanto, a Câmara tinha de ser parte da solução. A Câmara percebia a população, mas também entendia os constrangimentos das empresas. E, ou se trabalhava para as apoiar ou se dificultava o seu trabalho. E, naquele momento, existia um equilíbrio satisfatório, condições para se terminar a obra, com acordo entre empreiteiro e subempreiteiro e, por isso, sem ainda estar a penalizar empresas. Porque o interesse da Câmara não era penalizar as empresas, mas sim que a obra se concluísse o mais depressa possível. Seria impensável exigir que a obra ficasse concluída até ao final do ano, não podia fazer isso, mas exigira que a obra ficasse concluída até ao final de abril do ano seguinte e fora dessa forma que o plano de trabalhos fora acordado e ia-se tentar assegurar que assim fosse. A empresa tinha de se organizar a nível de equipamentos e recursos humanos e, para além disso, tinha de ter sorte e era preciso que a pandemia não lhes batesse à porta. Deviam concentrar-se no que estava para deliberação e acreditar que o prazo seria cumprido. Por princípio, tinha de acreditar nas pessoas, nas entidades e nas empresas, pois a sua posição era de procurar sempre resolver os problemas e até procurar que eles não existissem, ainda que nem tudo estivesse do lado da Câmara. Reafirmou estar feliz com o desfecho e queria acreditar que, até final de abril, a população de Covão do Coelho e Vale Alto iria ficar mais feliz do que estava agora. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto.** Recordou que, no dia dezassete de fevereiro, referira, em sede de

Reunião de Câmara, que, segundo o parecer da fiscalização, já na altura, se tratava de um planeamento demasiado otimista, correndo-se o risco de, no final, ser necessário solicitar-se um novo pedido de prorrogação de prazo. Nessa mesma altura, a Senhora Presidente de Câmara esclarecera que a prorrogação do prazo seria com a exigência de ser o empreiteiro a fazer face a todos os custos da fiscalização e que pretendia que a obra fosse bem executada e que terminasse dentro desse mesmo prazo. _____

_____ A questão do saneamento do Covão do Coelho e do Vale Alto só podia, na sua opinião, ter uma solução: o empreiteiro comprometer-se com frentes de obra e prazos parciais (mensais, por exemplo) para concluir os trabalhos. Do que lhes fora dado a perceber, não parecia que isso estivesse garantido. Assim como nada era dito, mesmo no vídeo que a Presidente da Câmara publicara, sobre a outra questão em causa, que era a necessidade de reabrir valas para enterrar os tubos da água e ligação aos contadores particulares. Para não falar nos tapetes betuminosos. Portanto, sem aqueles aspetos considerados, não havia garantias nenhuma de que a nova prorrogação, até abril, resolvesse o assunto. Destacou os seguintes pontos: _____

_____ 1. Passara mais de ano e meio, quase dois, e a obra talvez nem fosse a meio;

_____ 2. A fiscalização demonstrava claramente a impossibilidade de cumprir prazos, nas condições apresentadas; _____

_____ 3. O dono da obra, ao não atender àquelas questões, apresentadas pela empresa de fiscalização, sua representante, estava a ludibriar a questão e até mesmo as pessoas. Não estava a atender e a defender o interesse público, quer do ponto de vista do próprio Município, quer das populações, dos munícipes; _____

_____ 4. Só havia uma possibilidade, no seu entender, que era equacionar, com rigor, propostas de ação e obras no terreno, com cumprimento de calendários rigorosos, podendo, aí sim, deixar alguma expectativa. Sem isso, não estavam convencidos; _____

_____ 5. Concordar com a proposta, como estava colocada, era um erro e um engano, de forma eventualmente drástica, mas muito séria e clara, e aprová-la era colaborar com uma mentira institucionalizada. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** disse que iria colocar o assunto a votação, não tendo mais nada a acrescentar e concluindo que a oposição não acreditava na TOELTA, nem na Dreamfields e que acabaram de considerar que seriam «mentirosos», pelo que estavam a assumir. _____

_____ Esclareceu o que estava proposto a votação, nomeadamente, o subempreiteiro, o planeamento dos trabalhos, a prorrogação do prazo da empreitada,

sendo que o pagamento da fiscalização era da responsabilidade do empreiteiro, para além do período normal da empreitada. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria:** Aprovada a prorrogação graciosa do prazo para a conclusão da empreitada da execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais de Covão do Coelho e Vale Alto, a que corresponde a Empreitada número dezanove/dois mil e dezassete/DPGOM, até trinta de abril de dois mil e vinte e um, correspondente a uma prorrogação de mais cento e oitenta e um dias; _____

_____ - Aprovado o Plano de Trabalhos proposto pela TOELTA – Gestão de Investimentos e Concessões, Sociedade Anónima, com compromisso de conclusão dos mesmos até dia trinta de abril de dois mil e vinte e um, devendo o empreiteiro apresentar, no prazo de dez dias após comunicação, os documentos relacionados com o Plano de Trabalhos apresentado, nomeadamente Plano de Pagamentos, Cronograma Financeiro e Mapas de Mão-de-obra e de Equipamentos; _____

_____ - Autorizada, nos termos previstos no artigo tricentésimo décimo sexto e seguintes do Código dos Contratos Públicos e da Cláusula quadragésima oitava do contrato de Empreitada número dezanove/dois mil e dezassete/DPGOM, a TOELTA - Gestão de Investimentos e Concessões, Sociedade Anónima, a efetuar a subcontratação à DREAMFIELDS, Limitada, pessoa coletiva número 510 575 641 (cinco um zero cinco sete cinco seis quatro um), com sede na Rua Sousa Viterbo, número quarenta e oito a quarenta e oito-D, em Lisboa, dos trabalhos melhor identificados no contrato de subempreitada celebrado em vinte e oito de outubro de dois mil e vinte; _____

_____ Mais, foi deliberado que será da responsabilidade da TOELTA – Gestão de Investimentos e Concessões, Sociedade Anónima, a assunção pelo pagamento dos encargos devidos pela fiscalização da empreitada, decorrente da prorrogação dos serviços dessa especialidade à RIPÓRTICO-Engenharia Limitada (sendo o valor atualmente devido a esse título, até trinta de novembro de dois mil e vinte, no montante de 53 940,00€ (cinquenta e três mil, novecentos e quarenta euros), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado (vinte e três por cento); _____

_____ **Votaram contra** os Vereadores, Senhores João Carlos Braga Correia Pinto e a Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo. _____

_____ **Votaram favoravelmente** os Vereadores Senhores Luís Miguel Martins Pires, Maria João Martins Antunes Gomez, Hugo André Silva Ferreira Santarém, Óscar Manuel Justo Pires e a Excelentíssima Senhora Presidente. _____

Reunião de 02/11/2020

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente de Câmara** constatou que toda a oposição mostrava que estava contra tudo o que era obra no Concelho, fossem elas de saneamento, de equipamentos sociais, de rede viária, equipamentos escolares e desportivos. Era aquela a oposição que iria ser avaliada quando falava em desenvolvimento do Concelho de Alcanena, não se percebendo que desenvolvimento defendem. _____

_____ **O Vereador Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** respondeu que o Executivo Municipal não era capaz de cumprir prazos de execução de obras, sem consequências para ninguém. Disse não valer a pena existirem concursos e estabelecer prazos de execução, fazendo os empreiteiros as obras como quisessem, quando quisessem, como lhes desse jeito, à vontade das empresas e dos empreiteiros, em detrimento das populações. Em fevereiro, votara-se uma prorrogação de prazo que era para ser cumprida e que não ia ser cumprida e, naquele momento, estava-se novamente a votar mais uma prorrogação, com fé “em Nossa Senhora”, que a obra se iria concluir em cento e oitenta e um dias, porque, se não cumprisse, voltar-se-ia a prorrogar o prazo da obra. Questionou quantas mais prorrogações de prazo se iriam conceder ao empreiteiro e se, em abril, se votaria nova prorrogação de prazo. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o que pretendia era que a obra se concluísse. Esclareceu que o Partido Socialista queria a obra concluída, enquanto que a oposição não o queria, pois votara contra o planeamento dos trabalhos e a prorrogação de prazo da empreitada. Quanto a abril de dois mil e vinte e um, disse não poder fazer futurologia. Ao votarem contra, os Senhores Vereadores da oposição queriam que as estradas daquelas povoações ficassem assim. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** discordou da afirmação da Senhora Presidente, dizendo que deveria ter existido uma vistoria aos trabalhos, porque, em abril de dois mil e vinte e um, se votaria nova prorrogação de uma obra que terminaria em setembro, para servir de fotografia para as eleições de outubro porque isso é que era importante. As várias obras tinham tido sempre, inevitavelmente, prorrogações atrás de prorrogações, promessas atrás de promessas. Deu como exemplo que, nas obras particulares, se fosse necessário prorrogar o prazo de uma licença, essa renovação era cobrada. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o Senhor Vereador, talvez por estar mais limitado às paredes da sua farmácia, parecia não conhecer a atual realidade económica do país e o problema das empresas, o

problema de poder haver concursos desertos, o problema de haver atrasos na execução das empreitadas. Não era um problema do Concelho de Alcanena, mas sim um problema do país. O Senhor Vereador esquecia-se do problema económico do país e, quando se falava em apoiar a economia, também se devia falar de ter maior atenção à realidade. Disse que o Executivo Municipal não era negligente na fiscalização e que a empreitada até era acompanhada por uma empresa de fiscalização externa. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** acrescentou que se tratava de uma entidade fiscalizadora que não tinha fé, que era cética e que não sabia o que andava a fazer. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez** interrompeu o diálogo existente entre a Senhora Presidente e o Senhor Vereador João Pinto, a propósito da declaração de voto do Senhor Vereador, quanto à aprovação da prorrogação de prazo, em fevereiro. Esclareceu que, a seguir a fevereiro, viera março e houvera uma catástrofe mundial, que alterara toda a planificação, toda a auscultação, de tudo o que estava acautelado, e bem acautelado, e que saíra do controlo de qualquer líder, estivesse ele em que local estivesse, a nível mundial. Acrescentou que o Senhor Vereador João Pinto era dono de uma farmácia, pelo que se deveria ter apercebido da existência da mesma. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** esclareceu que não era dono de nenhuma farmácia. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** disse que o assunto já tinha sido votado e que as obras estavam previstas reiniciar no dia seguinte à presente reunião. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Vereadora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** informou que ainda não tinha lido a sua Declaração de Voto, a qual passou a ler: _____

_____ “Uma obra de saneamento causa sempre perturbação na vida das pessoas, devido, sobretudo, aos inconvenientes daí resultantes: interrupções de trânsito, cortes de água, mau estado das ruas esburacadas, lamas e entulhos. Mesmo com essas perturbações, penso que a população do Covão do Coelho e do Vale Alto suportaria os trezentos e sessenta e cinco dias de execução de obra, ficando uma cobertura do saneamento do concelho quase a cem por cento. _____

Reunião de 02/11/2020

_____ Começaram pelo Covão do Coelho, toda a gente via que não iria ser possível cumprir o que se anunciara. Entretanto, algumas ruas ficaram fechadas ao trânsito, porque foram encontrados algares, como seria previsível neste contexto geológico do sistema cársico. Era preciso analisar as situações, com urgência, e tomar decisões para o avanço das obras, mas nada foi resolvido, que se saiba, até ao momento. Continua tudo igual; nalguns casos há mais de um ano. O projeto previa, pelo menos como hipótese, o surgimento destas situações e a forma de equacionar as soluções? Não sabemos. _ _____

_____ Entretanto, talvez com metade dos trabalhos realizados no Covão do Coelho, transitaram para o Vale Alto. E, por diversas ocasiões, nem isso, porque abandonaram as obras, sem qualquer justificação plausível, e com constrangimentos vários para as pessoas. Voltaram a surgir também as situações de algares, que continuam sem solução, tal como no Covão do Coelho. _____

_____ Mas, mais grave ainda, a questão da água potável da rede de abastecimento de água ao domicílio. Nas duas localidades. Como seria espectável numa obra desta natureza, a abertura de valas iria colidir com as redes existentes. Sim, redes, porque, além de o abastecimento de água a estas localidades ter sido feito por duas fases diferentes, pelo menos, acresce a rede de abastecimento mais recente da EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, com água vinda de Castelo de Bode, via Freguesia de Fátima, Concelho de Ourém. E passa pelo Vale Alto e Covão do Coelho. Acresce, ainda, o facto de estas redes de água mais antigas estarem construídas com tubagem de fibrocimento, sendo estas obras de saneamento com abertura de valas, o momento adequado e mais económico para resolver, simultaneamente, a rede de saneamento e de distribuição de água, com tubagens novas. Mas, que se saiba, nada disto foi previsto. Isto não pode ser considerado um trabalho sério e responsável. E o que originou: muitos tubos de plástico, à superfície, numa situação duvidosa, não sabemos até quando; sendo que a recolocação das tubagens exigirá a reabertura de valas para enterrar a rede de água. Como, não sabemos, pois nada se diz sobre esta situação grave, como se ela não existisse. A continuidade destes tubos à superfície coloca em questão a integridade da qualidade, não só da distribuição, como da sua qualidade. Aliás, no verão, as populações foram brindadas com água a escaldar, era quase impossível dispor de água fria nas torneiras, pela exposição ao sol da rede de distribuição. _____

_____ Trezentos e sessenta e cinco dias previstos que se tornaram em dois anos de obras, com todos os problemas e constrangimentos inerentes a uma obra desta natureza, mas, neste caso, agravados por não terem sido cumpridos prazos e não terem sido acauteladas as situações. O representante das pessoas nesta obra devia ser a Câmara, mas o que temos visto é que a Câmara parece mais justificar e defender o empreiteiro do que a situação das pessoas do Covão do Coelho e do Vale-Alto. Parece que há um caderno de encargos, mas, pelos vistos, não é para cumprir. Somos todos pessoas de bem: Câmara, empreiteiros, empresas de fiscalização, as pessoas – cidadãos. Mas as questões públicas, que a todos dizem respeito, devem merecer o maior cuidado e respeito. Porque, em última análise, as pessoas merecem respeito e consideração. E não parece ser o que está a acontecer na obra de saneamento das águas residuais de Covão do Coelho e Vale Alto. _____

_____ Com o atraso nas obras, com a falta de planeamento e acompanhamento por parte da autarquia – ao fim dos primeiros seis meses, metade do tempo da empreitada, não dava já para perceber que haveria um grande problema com os prazos? E não teria de ser a Câmara a assumir essa questão, de forma muito séria e responsável? Não houve reuniões de obra, com medições e análise das situações verificadas? Além dos prazos, o problema da água e dos algares!? Não deveriam ter sido tomadas posições e decisões em devido tempo para não se chegar ao ponto a que chegámos? _____

_____ E vai ter de haver nova abertura de valas para a rede de água, como não pode deixar de ser. _____

_____ Qualquer decisão, neste momento, não será muito diferente das anteriores: pôr um penso sobre a ferida, mas a infeção continua lá. Penso não cura ferida. _____

_____ A empreitada foi entregue na base de um concurso público, com regras e caderno de encargos. Houve vários concorrentes. Na forma como tudo isto tem corrido, com vista grossa e benesses para a entidade vencedora do concurso, não poderá haver uma eventual injustiça em relação a outros concorrentes? Trata-se de uma obra exigente, quer em termos técnicos, quer em termos de frentes de obra e coordenação de todos os trabalhos, assim como de acompanhamento por parte da autarquia, se assim fosse considerado. Quem nos garante que não havia, entre os concorrentes, propostas exequíveis para realizar a obra nas condições previstas? Afinal, tudo foi simplificado, apesar da teatralidade demonstrada ao longo deste tempo, para deixar andar e tentar

justificar o injustificável. O resultado está à vista, e sem grande perspetiva de ter soluções adequadas. _____

_____ Pelo exposto o nosso voto só pode ser contra.” _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** informou que teria de se ausentar da Reunião, pedindo à Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez, que a substituísse na condução dos próximos assuntos. Disse que, relativamente aos restantes pontos da Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, o Vereador Hugo Santarém poderia fazer o enquadramento dos mesmos, sendo que no ponto referente à Divisão de Cultura, Turismo e Valorização do Património, a própria Vereadora Maria João Gomez, enquanto Vereadora do Pelouro da Cultura, estaria em condições de fazer o devido enquadramento. _____

_____ **A partir das dezassete horas e vinte minutos, assumiu a Presidência da Reunião a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria João Martins Antunes Gomez.** _____

_____ **5.4 – Protocolo de colaboração - Sistema Intermunicipal de Bicicletas para uso Público no Médio Tejo – primeira fase. Documento referência nove mil trezentos e vinte e dois/dois mil e vinte, Processo referência 2020/150.10.500/57. (Para ratificação)** _____

_____ Presente à reunião, para Ratificação, a Minuta do Protocolo de Colaboração Sistema Intermunicipal de Bicicletas para Uso Público no Médio Tejo – primeira fase, celebrado a quinze de outubro de dois mil e vinte, entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (entidade promotora) e os Municípios de Alcanena, Constância, Entroncamento, Mação, Ourém, Tomar, Torres Novas, Vila de rei e Vila Nova da Barquinha. _____

_____ **A Senhora Vice-Presidente da Câmara** efetuou o enquadramento do assunto e passou a palavra ao Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** referiu que o Protocolo se referia ao sistema intermunicipal de utilização de bicicletas no Médio Tejo, do qual os Municípios estavam a ser subscritores para apresentação de Candidatura no Eixo da Mobilidade. Informou que o Protocolo fora já assinado, no passado dia quinze de outubro, e que vinha à Reunião de Câmara para ratificação, sendo que a respetiva candidatura seria apresentada pela CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em conjunto com os Municípios que a compunham. _____

_____ Informou que a candidatura tinha a ver com a implementação de um sistema de partilha de bicicletas e com o reforçar da oferta de mobilidade ligeira na área do Médio Tejo. No Concelho de Alcanena, previa-se a colocação, de acordo com o que estava estipulado entre os Municípios, de cinco estações, com quarenta e três docas elétricas e vinte e cinco bicicletas elétricas, optando-se por não fazer utilização de bicicletas convencionais por não ser atrativo a quem procurava o serviço, segundo a avaliação e a apreciação de outros sistemas partilhados daquele estilo. Numa primeira fase, previa-se apenas a instalação na Vila de Alcanena, podendo, no futuro, ser alargado, havendo a intercomunicação entre as estações e, no limite, pegar numa bicicleta em Alcanena e largá-la num outro ponto da área do Médio Tejo. Os utilizadores teriam um cartão regional que funcionaria para todo o sistema. _____

_____ Em Alcanena, seriam colocados no Mercado Municipal, Terminal Rodoviário, Centro Escolar de Alcanena, Escola Secundária e Zona Desportiva. Haveria, depois, a indicação de poder crescer e ser colocado, posteriormente, junto da Praia Fluvial dos Olhos de Água e, numa segunda fase, ser alargado a outras Freguesias.

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Ratificada a Minuta do Protocolo de Colaboração Sistema Intermunicipal de Bicicletas para Uso Público no Médio Tejo – primeira fase, celebrado a quinze de outubro de dois mil e vinte, entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (entidade promotora) e os Municípios de Alcanena, Constância, Entroncamento, Mação, Ourém, Tomar, Torres Novas, Vila de rei e Vila Nova da Barquinha. _____

_____ **5.5 - Proposta de Protocolo de Parceria entre o Município de Ourém e o Município de Alcanena - PROJETO “Percursos Pedonais e Cicláveis de Interligação dos Municípios de Ourém e Alcanena (Fátima – Minde)”. Documento referência catorze mil novecentos e sessenta e sete/dois mil e vinte, Processo referência 2020/850.10.003/29. (Para ratificação)** _____

_____ Presente à reunião, para Ratificação, a Minuta do Protocolo de Parceria – Projeto “Percursos Pedonais e Cicláveis de Interligação dos Municípios de Ourém e Alcanena (Fátima-Minde)”, celebrado a vinte e um de outubro de dois mil e vinte, entre os Municípios de Ourém e de Alcanena. _____

_____ **A Senhora Vice-Presidente da Câmara** enquadrou o assunto e deu a palavra ao Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** fez o enquadramento do teor do Protocolo. Referiu tratar-se, também, de uma Candidatura a apresentar no âmbito da promoção de estratégias de baixo teor de carbono, que visava a construção de ciclovias, no caso em concreto, para ligações intermunicipais. _____

_____ O objetivo daquele Protocolo era também fazer face a uma necessidade que o Município de Ourém tinha, no lado da Freguesia de Minde, em direção a Fátima, onde iria fazer uma intervenção em ciclovia, que iria ligar à ciclovia construída no Concelho de Alcanena. O objetivo do Município de Alcanena era fazer o prolongamento da ciclovia existente do lado do Concelho de Alcanena, para que, no futuro, pudesse existir uma ciclovia/ecovia que ligasse Alcanena a Moitas Venda e Moitas Venda a Minde, onde ia ligar à ciclovia existente, a partir de Minde, e permitir, não só um modo de transporte alternativo, quer a pé, quer de bicicleta, sem partilha das vias convencionais, mas também, ainda que não fosse específico do eixo de candidatura, que o fluxo de peregrinos que atravessavam o Concelho o pudessem fazer em maior segurança. _____

_____ Deu conhecimento que o Projeto de Reabilitação da Estrada de Alcanena a Moitas Venda consideraria, também nesse âmbito, a construção de ecovia/ciclovia e seria um troço específico a projetar. No entanto, aquela intervenção permitiria, desde logo, prolongar a ciclovia/ecovia já existente até à Freguesia de Moitas Venda, com a conclusão do troço da Estrada Nacional duzentos e quarenta e três, onde setecentos ou oitocentos metros não tinham ainda ciclovia, para, depois, no futuro, ligar ao Projeto de Requalificação da Estrada de Alcanena a Moitas Venda, tal como se procurara acautelar no âmbito da Estrada de Alcanena-Pousados. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Ratificada a Minuta do Protocolo de Parceria – Projeto “Percursos Pedonais e Cicláveis de Interligação dos Municípios de Ourém e Alcanena (Fátima-Minde)”, celebrado a vinte e um de outubro de dois mil e vinte, entre os Municípios de Ourém e de Alcanena. _____

_____ **5.6 – Trabalhos a menos – Empreitada número nove/dois mil e dezoito/DPGOM – “Execução das Redes de Saneamento de Águas Residuais do Carvalheiro”. Documento referência quinze mil quinhentos e oito/dois mil e vinte 15508/2020, Processo referência 2019/300.10.001/16. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se informa que, por lapso, no projeto de execução da Empreitada número nove/dois mil e dezoito/DPGOM – “Execução das Redes de Saneamento de Águas Residuais de Carvalheiro”, está prevista a execução de um troço fora do território do concelho de

Alcanena, bem como um outro troço implantado na fronteira do concelho de Alcanena com o concelho de Santarém, sendo que, neste último, não existem habitações a servir. _

_____ Informa-se, igualmente, que, de acordo com o atual PDM – Plano Diretor Municipal, não há possibilidade de construção nessa área, sendo que a Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal, em curso, também não prevê que possam vir a existir ali habitações. _____

_____ Tendo em conta o enquadramento descrito, entendeu-se que não se justificava a execução dos referidos troços, tendo sido solicitado à fiscalização da empreitada a valorização dos trabalhos a menos, correspondentes à não execução desses trabalhos, sendo que, de acordo com a avaliação da fiscalização, com a qual se concorda, o valor dos trabalhos a suprimir se cifram em 22.882,16€ (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e dois euros e dezasseis cêntimos), acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado. _____

_____ Conforme o número um, do artigo tricentésimo septuagésimo nono, o empreiteiro só pode deixar de executar trabalhos previstos no contrato, desde que o Dono da Obra emita uma ordem com esse conteúdo, especificando os trabalhos a menos. _____

_____ Considerando que o valor de 22.882,16€ (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e dois euros e dezasseis cêntimos), de trabalhos a menos, corresponde a 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento) do valor contratual (827.875,17€ - oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos), nos termos do número um, do artigo tricentésimo octogésimo primeiro do Código dos Contratos Públicos, não haverá direito a indemnização ao empreiteiro. _____

_____ Face ao exposto, propõe-se; _____

_____ 1 – Aprovação da supressão dos trabalhos a menos, no valor de 22.882,16€ (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e dois euros e dezasseis cêntimos), sendo o respetivo valor retirado ao valor do preço contratual da empreitada; _____

_____ 2 – Emitir ordem ao empreiteiro, com a especificação dos trabalhos a menos, nos termos do número um, do artigo tricentésimo septuagésimo nono do Código dos Contratos Públicos. _____

_____ **A Senhora Vice-Presidente da Câmara** efetuou o enquadramento do assunto e passou a palavra ao Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém, para que prestasse alguns esclarecimentos sobre o mesmo. _____

_____ **O Vereador Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** referiu que, no âmbito do projeto, fora considerado um troço da intervenção já fora do Concelho, mas, sendo aquele espaço definido como espaço sem capacidade de edificação e que, no âmbito da Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal, se manteria essa restrição, tornava-se necessário suprimir aquele ramal, que estava previsto, mas que não fazia sentido existir. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** disse que, dos documentos que foram enviados, ficara na dúvida se iriam existir três habitações e duas propriedades que não ficariam servidas por saneamento básico. _____

_____ **A Vereadora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** esclareceu que, no troço identificado na planta, com cor-de-rosa (Troço A), não existiam dúvidas porque não existiam habitações e também não estava prevista a possibilidade de construção, de acordo com o Plano Diretor Municipal. No entanto, existiam três habitações, nas Sesmarias, em boas condições e habitadas e, pelo menos, mais uma, na Rua da Paz, também habitável, em relação às quais se verificava que o saneamento não chegava. Estando agora a intervir-se no saneamento, aquelas intervenções não iam chegar àquelas casas e a uma zona onde era possível construir. _____

_____ **O Vereador, Senhor Luís Miguel Martins Pires** esclareceu que existiam dois ou três casos que se tinham de analisar para se permitir que o saneamento chegasse a essas casas. _____

_____ **Às dezassete horas e trinta e cinco minutos, regressou à Reunião a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, voltando a assumir a Presidência da mesma a partir dessa hora.** _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara,** regressando à reunião, esclareceu que o projeto incluía, talvez por engano, um troço que já pertencia ao Concelho de Santarém e no qual não se iria intervir. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** esclareceu que, quanto ao troço fora do Concelho, não se levantavam quaisquer dúvidas. No entanto, nos locais de Sesmarias e Rua da Paz, onde existiam habitações permanentes, que estavam a ser utilizadas, parecia-lhes que as habitações aí existentes não seriam cobertas por saneamento. Consideravam que, ao realizar-se uma obra de tal envergadura, fazia sentido que existisse uma cobertura de todo o território, visto que havia possibilidade de edificar. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Martins Gomez** elucidou a Senhora Presidente que a dúvida que estava a ser colocada não se prendia com o troço que estava a ser objeto de deliberação. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** esclareceu que se tratava apenas de uma pergunta, uma dúvida, que nada tinha a ver com a deliberação. ____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento de que, já há alguns meses, havia sido transmitido aos técnicos da Câmara Municipal e à equipa de fiscalização no terreno que identificassem toda e qualquer situação que, por algum motivo, não tivesse sido considerada no projeto e que ainda tivesse possibilidade de ser considerada. Houvera uma zona que fora visitada e que, apesar de fazer todo o sentido ser incluída, tendo em conta a cota que existia, teria de se recorrer a estações elevatórias para conseguir levar o saneamento até à rede, o que, do ponto de vista técnico, era demasiado oneroso, por isso não conseguiria ser contemplada. _____

_____ Em relação a outras situações, podia ser confirmado se a verificação e levantamento já haviam sido feitos, dado que isso já tinha sido pedido. A ser possível, e não sendo necessária a construção de outras infraestruturas, como estações elevatórias, as situações seriam consideradas, tal como deviam estar a ser avaliadas, pois como já fora pedido, há meses, tendo sido aquelas as orientações dadas aos serviços e à equipa de fiscalização. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** esclareceu que iriam votar favoravelmente ao que estava a deliberação, porque a situação estava devidamente enquadrada. No entanto, estavam a penas a alertar para aquela situação, uma vez que, não só no Município de Alcanena, mas como também acontecia noutros municípios, podiam ocorrer lapsos e, se houvesse possibilidade de se contemplar aquelas situações, tanto melhor. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** ironizou, afirmando não deixar de ser curiosa a forma como a Senhora Vereadora mudava o seu posicionamento de ponto para ponto. Referiu que o levantamento de situações não previstas em projeto ou a deteção da necessidade de se prever mais ou alterar alguma intervenção podia acontecer. E fora isso que acontecera no Centro Escolar. E isso podia acontecer em qualquer obra, identificando-se situações que não estavam consideradas, mas que fazia sentido ficarem consideradas, como a presente questão que se levantara

Reunião de 02/11/2020

com a obra de saneamento. No ponto anterior, essas situações não deviam ser consideradas pelo Executivo e, no ponto em discussão, já deveriam ser consideradas. ____

_____ Defendeu que deveria existir coerência nas declarações e que o Executivo tinha essa posição em todas as situações. _____

_____ **O Vereador Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** disse que já tinha identificado o local que estava a ser referenciado pela Senhora Vereadora Maria João Rodolfo. Esclareceu que, nas plantas, vinha identificado o traçado da conduta propriamente dita e não estavam identificados os ramais, podendo daí advir as dúvidas. O coletor principal, para recolha, estava lá implementado, apenas não estavam os ramais. Aliás, os ramais não vinham em lado nenhum, apenas vinham os coletores. ____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** agradeceu o esclarecimento. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** disse que, se fosse possível, agradeciam que lhes fizessem chegar aquela informação. ____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a supressão dos trabalhos a menos, no valor de 22.882,16€ (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e dois euros e dezasseis cêntimos), sendo o respetivo valor retirado ao valor do preço contratual da empreitada; _____

_____ Deliberado, também, emitir ordem ao empreiteiro, com a especificação dos trabalhos a menos, nos termos do número um, do artigo tricentésimo septuagésimo nono do Código dos Contratos Públicos. _____

_____ Considerando que o valor de 22.882,16€ (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e dois euros e dezasseis cêntimos), de trabalhos a menos, corresponde a 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento) do valor contratual (827.875,17€ - oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos), nos termos do número um, do artigo tricentésimo octogésimo primeiro do Código dos Contratos Públicos, não haverá direito a indemnização ao empreiteiro. _____

_____ **6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO** _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alcanena** deu a palavra à Vereadora Maria João Martins Antunes Gomez, para que fizesse o enquadramento do Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. _____

_____ **Às dezassete horas e quarenta e três minutos, ausentou-se, novamente, da Reunião, a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal,**

assumindo a Presidência da Reunião a Vereadora Senhora Maria João Martins Antunes Gomez, na qualidade de Vice-Presidente. _____

_____ **6.1 – Proposta de Protocolo Casa do Povo de Minde. Documento referência catorze mil quinhentos e setenta e nove/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.005/258. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, à qual se anexa, para aprovação, a Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Alcanena e a Casa do Povo de Minde, visando apoiar as atividades desenvolvidas pela Associação Casa do Povo de Minde na concretização da promoção da divulgação cultural, no âmbito da TV Minde, das atividades desenvolvidas de dinamização do Concelho, pelas diversas iniciativas promovidas pelos agentes culturais, sociais e desportivos. _____

_____ No âmbito do presente Protocolo, o Município assegura uma comparticipação financeira de cinco mil euros para apoio nas despesas da Associação, considerando a divulgação que a TV Minde tem feito das atividades culturais, desportivas e sociais das diversas entidades do Concelho, incluindo eventos organizados e/ou apoiados pelo Município. _____

_____ A transferência será efetuada no decorrer do mês de novembro de dois mil e vinte. _____

_____ A presente informação e demais documentos anexos ficam arquivados no maço de documentos pertencentes a esta Ata. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara** fez o enquadramento do referido Protocolo e da verba atribuída, considerando que TV Minde tinha colaborado com o Município durante todo o ano, tal como poderia ser constatado pelos Senhores Vereadores, promovendo também as iniciativas das coletividades e associações concelhias, sempre que era solicitado, e tendo igualmente desenvolvido um trabalho, junto dos mais jovens, de promoção dos meios audiovisuais e do meio digital ao serviço da comunidade. _____

_____ Acrescentou que tudo o que era transmitido pela TV Minde não se cingia à transmissão no território do Concelho de Alcanena, mas que viajava também por todo o território nacional e além-fronteiras, vindo a dignificar o que se fazia e acontecia no território, junto dos imigrantes e de outros que, esporadicamente, pudessem sair do país e que estavam atentos e preocupados com o que ali se passava. _____

_____ Era de realçar a pertinência daquele importante Protocolo, que se pretendia continuar a estabelecer com a Casa do Povo de Minde, no importante projeto que era o apoio à TV Minde. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** informou que iriam apresentar uma Declaração de Voto. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria:** Aprovada a Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Alcanena e a Casa do Povo de Minde, visando apoiar as atividades desenvolvidas pela Associação Casa do Povo de Minde, na concretização da promoção da divulgação cultural, no âmbito da TV Minde, das atividades desenvolvidas de dinamização do Concelho, pelas diversas iniciativas promovidas pelos agentes culturais, sociais e desportivo, através de comparticipação financeira no total de cinco mil euros, para apoio nas despesas da Associação, a transferir no mês de novembro de dois mil e vinte. _____

_____ **Votaram contra** os Vereadores, Senhores João Carlos Braga Correia Pinto e a Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo. _____

_____ **Votaram favoravelmente** os Vereadores Senhores Luís Miguel Martins Pires, Hugo André Silva Ferreira Santarém, Óscar Manuel Justo Pires e a Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** perguntou se poderiam opinar depois da Declaração de Voto. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara** respondeu que poderiam fazer. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** defendeu que existiam regimentos e formas de se proceder. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** argumentou que também poderia apresentar Declaração de Voto relativa ao seu voto a favor. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que a primeira pessoa a manifestar a necessidade de apresentar uma Declaração de Voto havia sido a Vereadora, Senhora Maria João Rodolfo, pelo que, depois disso, o Vereador Hugo Santarém poderia também apresentar a sua Declaração de Voto. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo,** passou, então, a ler a Declaração de Voto: _____

_____ «Na Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Alcanena e a Casa do Povo de Minde, a justificação, “1. Divulgar tudo o que melhor

tem Minde bem como o Concelho de Alcanena, as suas gentes, usos e costumes, com uma imagem digna que prestigie o Povo de Minde, utilizando a internet e as novas tecnologias para promoção da informação e discussão dos assuntos comunitários; 2. Estimular jovens com iniciativas multimédias e informáticas e, quiçá, despertar interesses e aptidões para uma área profissional de grande futuro que poderá ter um pequeno polo em Minde.”, trata-se de uma declaração de intenções. _____

_____ Sendo um apoio recorrente, o mínimo expectável seria que o mesmo viesse acompanhado com um relatório de atividades respeitante a dois mil e dezanove, e respetivo plano para dois mil e vinte. Em relação aos custos de operacionalização e aplicação das verbas atribuídas em dois mil e dezanove a informação é zero. _____

_____ Claramente, os critérios que estão sujeitas outras associações não estão a ser aplicados neste caso, o que levanta uma questão de imparcialidade na proposta apresentada. _____

_____ A não discriminação dos eventos sujeitos a reportagem, torna difícil valorar o apoio, que tanto pode ser excessivo como insuficiente, deveriam estar descriminados, mesmo que por força da situação pandémica não se realizassem. No final de dois mil e dezoito, em sede de Assembleia Municipal, foi referido pela Senhora Presidente que passariam a ser gravadas as reuniões, até à presente data só foi efetuada uma gravação pela TV Minde. _____

_____ Também em relação ao “estímulo de jovens com iniciativas multimédias e informáticas, e quiçá, despertar interesses e aptidões para uma área profissional de grande futuro que poderá ter um pequeno polo em Minde”, tanto quanto sei, até à presente data, nada foi feito. _____

_____ A vinte e dois de janeiro de dois mil e dezoito, os vereadores dos Cidadãos por Alcanena apresentaram uma Proposta base para regulamentação dos apoios extraordinários, para estabelecimento de critérios objetivos para este tipo de apoios, a qual não teve qualquer acolhimento por parte do executivo do Partido Socialista. _____

_____ A partir do momento em que é atribuído financiamento com dinheiro público, a aplicação do mesmo tem de ser escrutinável. _____

_____ Face ao exposto parece claro que os pressupostos da declaração que sustenta o voto contra em relação à atribuição deste tipo de apoio mantêm-se. _____

_____ “Considerando que a cabe ao município apoiar [mas não substituir-se] a entidades e organismos, dando cumprimento às alíneas o) e u) do Anexo I, da Lei

número setenta e cinco/dois mil e treze, os apoios excepcionais devem ser regulamentados, de forma a promover a transparência, e eliminar o livre arbítrio na atribuição dos mesmos, salvaguardando os princípios gerais do Direito. _____

_____ A forma como, neste momento, as propostas de apoio extraordinário são levadas à reunião de câmara para deliberação, torna difícil a sua apreciação, dando como exemplo, durante o presente mandato, terem sido apresentadas propostas cujo apoio vai dos cem por cento aos cinquenta por cento, independentemente do valor em causa. _____

_____ O estabelecimento de critérios objetivos para a atribuição dos apoios é uma ferramenta essencial para tratar com justiça e o devido respeito todas as organizações que a eles recorrem, independentemente dos atributos como a honorabilidade, benevolência, necessidade, ou excecionalidade, os quais, mais uma vez, não se encontram plasmados nesta proposta. Relembro que foi proposto, a vinte e dois de janeiro de dois mil e dezoito, uma proposta de base para regulamentação dos apoios extraordinários que não teve acolhimento por este órgão. _____

_____ Acresce que a proposta de apoio pecuniário de cinco mil euros, em apreciação, não têm enquadramento no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Local do Concelho de Alcanena [publicado no Diário da República, Segunda Série — Número sessenta e sete - quatro de abril de dois mil e dezassete], pelo que o apoio tem por base um ato discricionário, de acordo com a conveniência do executivo. _____

_____ Não estando em causa a proposta em específico, mas a ausência de critérios para atribuição de apoios e, neste caso, a falta de escrutínio da aplicação dos mesmos, em coerência com o anteriormente exposto o nosso voto é contra.» _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara** disse não estar surpreendida com a Declaração de Voto da Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo porque, sistematicamente, era votada a falta de apoio, e se havia falta de respeito e falta de consideração pelo trabalho levado a cabo pelas Associações, não era do Executivo, muito pelo contrário. _____

_____ Acrescentou que, manifestando a Vereadora, Senhora Maria João Rodolfo tanta vontade e tanto interesse na relação e eventos levados a cabo pelas gravações da TV Minde, ficava com alguma curiosidade relativamente àquela dualidade de critérios, considerando que nunca foram presentes à reunião os relatórios dos outros apoios, apesar de estarem apensos aos respetivos processos. Questionou, por isso, a necessidade

tão pertinente de o relatório estar ali plasmado. Esclareceu que, àquela data, tinha conhecimento, da parte dos serviços técnicos, em relação aos quais tinha imensa consideração e respeito pelo trabalho que faziam no acompanhamento dos protocolos e dos apoios às associações, de que tinham sido acompanhados pela TV Minde cerca de trinta eventos, o que dava uma média de dois/três eventos por mês, ao longo do ano de dois mil e vinte, ano de pandemia. _____

_____ Em relação ao reporte da mensagem que passavam aos jovens e que era tão importante e atrativa, dado tratar-se de uma TV, lembrou que a TV Minde era um caso único e de sucesso não só no Concelho, mas também no Distrito. Como tal, considerava que nem sequer era preciso um relatório, porque a TV Minde via-se e circulava entre eles. Se os Senhores Vereadores acompanhassem mais as iniciativas e atividades da Câmara Municipal, saberiam como era tão importante aquele projeto e que não era preciso estar a discriminar o número de quilómetros que percorreram, o número de iniciativas que acompanharam e que faziam chegar aos milhares de municípios espalhados pelo mundo fora. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** concordou com as declarações da Senhora Vice-Presidente. Defendeu que o projeto TV Minde falava por si só, daí a sua Declaração de Voto favorável, pois considerava não existir, na sua opinião, mais nenhum voto possível para apoiar tão importante projeto. No entanto, cada um votava em consciência. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Vereador, Senhor Luís Miguel Martins Pires**, dizendo que estava admirado, pois, há tantos anos que estava na Câmara, e nunca vira a oposição dar uma opinião. Pelo contrário, estava sempre a criticar tudo o que o Executivo fazia. Disse ser bom sinal porque significava que se fazia trabalho. Ironizou que era uma oposição que não dava ideias nem apresentava propostas. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** discordou do afirmado pelo Vereador Senhor Luís Miguel Martins Pires porque, em relação ao associativismo, a oposição tinha apresentado as suas opiniões e as suas propostas e nenhuma delas fora acolhida. Disse que, se as pessoas tinham declarações a apresentar, o deviam fazer, tal como ela o tinha feito. Não iria estar a comentar as declarações dos outros. No entanto, partilhou da opinião do seu colega, Vereador João Pinto, de que se parecia estar em campanha eleitoral, sendo que ela própria não participava em campanhas. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** esclareceu que não tinha nada a ver com campanha eleitoral. Afirmou que a Senhora Vereadora Maria João Rodolfo usava, e bem, no final de uma proposta que era votada, da ferramenta da Declaração de Voto, para opinar, e as suas apreciações mereciam contraditório, argumentando-se e transmitindo-se a visão do Executivo quanto à Declaração de Voto. Não se tratava de entrar em diálogo, mas sim de mostrar porque votavam favoravelmente. Disse pensar que era correto e democraticamente exigível. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** esclareceu que não era a primeira, nem a segunda, nem a vigésima vez que a Declaração de Voto era lida. Nem sequer havia desconhecimento, pelo que, se quisessem fazer alguma declaração, que a fizessem antes. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** esclareceu que, na reunião de Câmara anterior, fora apresentada, a votação, uma proposta de apoio a uma associação, que a senhora vereadora Maria João Rodolfo tinha colocado, e que ele, em coerência e em justiça perante o que tinha acabado de dizer, também dissera achar curioso que tivesse sido colocado o assunto, considerando que a oposição votava sempre contra todas as propostas de apoio. Em coerência, a declaração era, efetivamente, sempre a mesma. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara** concordou quanto ao afirmado de que a Declaração de Voto era sempre a mesma, independentemente da missão de cada uma das coletividades. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** que clarificou, em resposta ao Senhor Vereador Luís Pires, relativamente àquele ponto em concreto, que, a dezoito de fevereiro de dois mil e dezanove, os Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Por Alcanena – Um Concelho com Futuro, pediram que aqueles apoios fossem acompanhados por uma descrição detalhada do trabalho efetuado. Fora um contributo para que as futuras propostas viessem mais completas. Constatava-se que, ao fim daquele tempo, a proposta não vinha completa, de acordo com o que tinham proposto, na altura, sobre aquele ponto em concreto e face à proposta presente à reunião no ano anterior. Tinha apresentado uma proposta, que não tinha sido tida em conta, naquele ponto em concreto. Propuseram que se apresentasse uma posposta mais organizada, mais racional, o que não tinha acontecido. Logo, tinham votado em consciência. O Vereador Luís Pires afirmara que os Vereadores da oposição nunca tinham apresentado uma proposta. Ora, em concreto, naquele ponto, tinha sido

apresentada uma proposta e nada tinha sido feito de diferente em relação à proposta apresentada no ano anterior, portanto, votaram em consciência. Disse não estar a fazer qualquer considerando a nenhum argumento. Apenas queria esclarecer que votaram em consciência uma vez que a proposta que apresentaram do ano anterior não tinha tido qualquer cabimento por parte do Executivo. Reiterou que estava a falar daquele ponto em concreto, que não se estava a referir a todos nem a nenhum outro, mas concretamente àquele. _____

_____ **O Vereador, Senhor Luís Miguel Martins Pires** perguntou ao Vereador João Pinto se tinha percebido aquilo que ele tinha dito, pois pensava que não. Acrescentou que o Executivo acabava o presente mandato mais rico, com base nas opiniões dadas pelos Senhores Vereadores da oposição para o Concelho. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** afirmou, ironizando, que era para isso que ali estavam e que ficava contente por o Senhor Vereador Luís Pires o constatar. _____

_____ **O Vereador, Senhor Luís Miguel Martins Pires** disse, ironicamente, que saía dali mais rico, tendo em conta as ideias dadas pelos Vereadores da oposição. Disse que nem sequer tinha falado da TV Minde, mas sim de um modo geral. Afirmou, ironizando, que muitas das obras feitas tinham partido das ideias dadas pelos Vereadores da oposição, acrescentado que até já o tinha comentado com os seus filhos. Disse que era lindo estar numa câmara onde toda a gente podia dar as suas ideias e eles, na oposição, muito pelo contrário, não as apresentavam. Gostava de saber como é que estariam as coletividades, à conta das propostas apresentadas pelos Senhores Vereadores da oposição, defendendo que, provavelmente, muitas delas estariam fechadas ou não haveria ninguém a querer tomar conta delas. _____

_____ **O Vereador Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** concluiu, dizendo que, tal como afirmara a Senhora Presidente da Câmara, tinham “que ter fé”. _____

_____ **7 – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO** _____

_____ Após a apreciação dos assuntos da ordem de trabalhos, procedeu-se à leitura da minuta da ata, a qual, por lapso, não foi colocada a votação, tendo sido ratificada na reunião de câmara seguinte. _____

_____ **Às dezoito horas e dois minutos foi encerrada a reunião**, tendo a Ata em Minuta, na parte deliberatória, após devida ratificação, sido assinada pela Senhora Vice-

Reunião de 02/11/2020

Presidente e por mim, Patrícia Isabel dos Santos Pires Salvado, Técnica Superior, que também elaborei, mandei lavrar e subscrevi a presente Ata, a qual vou assinar com a Senhora Presidente. _____